

Município
Palmela
Assembleia Municipal

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Ambiente,
Ordenamento do Território, Descentralização,
Poder Local e Habitação
Assembleia da República
Palácio de S.Bento
1249-068 LISBOA

Sua referência	Sua data	Nossa referência	Data de expedição
190/CAOTDPLH	18.10.2017	SAIDA 159/2017 1509/2017(310.03.08.)	31.10.2017
Assunto: PROJECTO DE LEI Nº 612/XIII			

No seguimento da solicitação de V.Exa. efetuada pelo ofício referenciado em epígrafe, somos a enviar os documentos que passamos a discriminar:

- Cópia autenticada da Ata nº 31 da sessão ordinária realizada em 18.04.2017;
- Cópia autenticada da Proposta relativa ao "Processo de Delimitação Administrativa relativo ao limite entre a Freguesia de Palmela e a União de Freguesias de Poceirão e Marateca".

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente da Assembleia Municipal

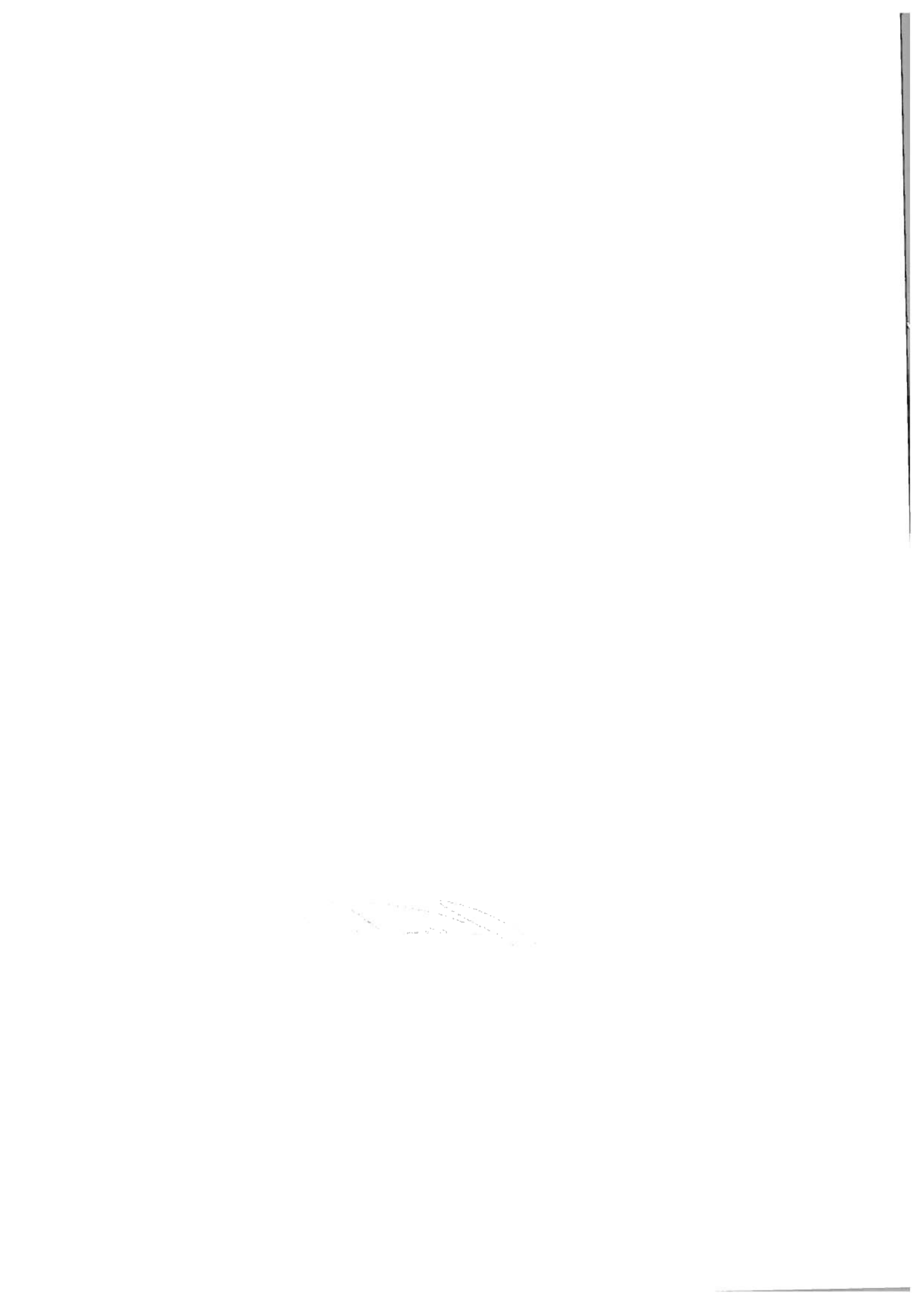


Ana Teresa Vicente

LM-AMOfício_073
Anexo: Cópia autenticada de Ata
Cópia autenticada de Proposta

Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, 80 – 1.º 2954-204
assembleia@cm-palmela.pt
Tel.: 212 352 144

Nif: 506 187 543
Fax: 212 351 057
MOD AMPF003 Pág 1/1



Mandato 2013/2017

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 18 de abril de 2017

Ata N.º 31

No dia dezoito de abril de dois mil e dezassete, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Prestação de Contas 2016;

PONTO TRÊS – Processo de Delimitação Administrativa relativo ao limite entre a Freguesia de Palmela e a União de Freguesias de Poceirão e Marateca;

PONTO QUATRO – Aprovação do Plano de Pormenor dos Bacelos - Quinta do Anjo;

PONTO CINCO – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultante do contrato de empréstimo de médio e longo prazo, celebrado junto do Banco Português de Investimento, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Fernando António Figueira Baião;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sra. Maria Helena Viseu Candeias Pereira;

- Sr. José da Cruz Silvério.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina;
- Sr. Pedro Miguel Martins Pereira;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sra. Teresa Marta de Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira;
- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. Valentim Rodrigues Pinto.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira;
- Sr. Fernando Luis Justino Coelho.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Adília Maria Prates Candeias;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador António Manuel da Silva Braz;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;



Saudação BE "25 de Abril e 1º de Maio"

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Oliveira** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, pergunto se querem discutir individualmente esta Saudação ou se seguimos a lógica e vamos continuar, não se pronunciaram portanto vamos seguir nesses termos.

Então nesse caso dou a palavra agora à CDU para apresentação da sua Moção sobre o 25 de Abril e o 1º de Maio."

Moção CDU "25 de Abril e 1º de Maio"

Tomou a palavra a **Sra. Ana Filipa Sobral** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Agora dou a palavra ao Partido Socialista, para apresentação, são dois documentos no caso do Partido Socialista?

Mas eu se calhar ia sugerir se estiverem de acordo que apresentasse os dois, está bem?

Porque seguindo a mesma lógica."

Saudação PS "25 Abril 2017"

Tomou a palavra o **Sr. Raul Cristóvão** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Sim, se quiserem ler."

HP

HP

- Sra. Vereadora Maria Rodrigues Loureiro Dias Justino;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sr. José Carlos Matias de Sousa do PS**, justificou ausência à sessão por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques** que se encontrava presente.
- **Sr. Valentim Rodrigues Pinto da CDU**, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo justificou ausência à sessão por motivo de férias fazendo-se substituir pela **Sra. Maria Helena Viseu Candeias Pereira**, vogal da Junta, que se encontrava presente.
- **Sr. Fernando Luis Justino Coelho do PS**, apresentou pedido de suspensão de mandato, por se encontrar ausente do País por motivos profissionais, pelo período de seis meses a partir de 02.03.2017, pelo que coloca o pedido à apreciação do Plenário não tendo merecido qualquer comentário. O lugar agora vago será ocupado pelo **Sr. Pedro Miguel Martins Pereira** que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques** e **Sr. Pedro Miguel Martins Pereira do PS**, que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficarão apenas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Período de Intervenção dos Municípes

Agradecendo a presença do público, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que, tratando-se de uma sessão ordinária, o período que se segue é destinado à sua intervenção.

Não havendo intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

A **Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira** iniciou participação nos trabalhos pelas vinte horas e cinquenta e cinco minutos.

Iniciando o período informou a **Sra. Presidente da Mesa** que foram presentes à Mesa duas Moções da CDU e três Saudações, uma do BE e duas do PS, sugerindo que tendo em conta os temas comuns, às Saudações e a uma das Moções, seja ponderado pelas Bancadas a possibilidade de se fundirem todas as propostas num único documento da Assembleia Municipal, tal como já foi feito em anos anteriores.

A Sra. Presidente da Mesa:

"E a Saudação do Partido Socialista ao 1º de Maio?

Não havendo questões, presumo, vamos votar."

Saudação PS "1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador"

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

"Passo agora a palavra à CDU, ou devolvo aliás, a palavra à CDU para apresentação da Moção sobre a construção do novo aeroporto. Quem apresenta por favor?

Muito bem."

Moção CDU "A construção do Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro é a melhor opção para o desenvolvimento económico e social da região de Setúbal e do país"

Tomou a palavra a Sra. Cristina Moura para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Então sobre esta Moção Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões? Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério, pela Bancada do Partido Socialista."

O Sr. José Manuel Silvério do PS:

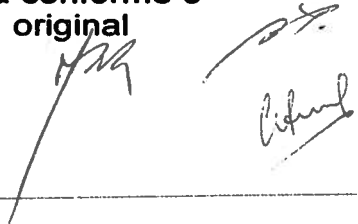
"Muito boa noite a todos.

Apresento os meus cumprimentos à Sra. Presidente da Assembleia, aos restantes Membros dessa prezada Mesa, os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores, caros Colegas da Assembleia, Técnicos da Câmara hoje a exercer funções aqui nesta sessão, Público presente e Comunicação Social também presente.

Sobre esta Moção a posição do Partido Socialista é a seguinte:

Quando o Governo de direita concessionou a ANA aos franceses da VINCI, definiu um conjunto indicadores que desencadeariam o processo de negociação e construção do novo aeroporto de Lisboa.

Três dos quatro indicadores definidos em contrato de concessão são atingidos em dois mil e dezassete e dois mil e dezoito, no ano de dois mil e dezasseis tinha sido atingido o primeiro marco que sinalizava a necessidade de um novo Aeroporto, quando o número de passageiros ultrapassou os vinte e dois milhões. O



Saudação PS "1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador"

Tomou a palavra o Sr. **Ricardo Marques** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então sobre este tema em concreto, neste caso as Moções e Saudações ao "25 de Abril e ao 1º de Maio", como é que querem proceder acham que estamos em condições de aprovar o conjunto e construir uma única?

Pois, é que são duas coisas diferentes, o que eu tinha proposto foi isso, aquilo que vocês estão a dizer agora é outra coisa. O que perguntei no início é se estaríamos em condições de construir uma única Moção?

Se estamos muito bem, se não estamos vamos votar todas, é convosco. Votamos todas?

Então pronto, apresentados os diversos conteúdos voltamos à versão inicial e agora temos que votar individualmente ,ok?

Portanto sobre a Saudação do BE ao "25 de Abril e 1º de Maio", questões? Votamos?."

Saudação BE "25 de Abril e 1º de Maio"

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS e dois do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sobre a Moção da CDU sobre o "25 de Abril e 1º de Maio", questões?"

Moção CDU "25 de Abril e 1º de Maio"

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS e dois do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Apresentadas individualmente, a Saudação do PS ao 25 de Abril, questões? Votamos?"

Saudação PS "25 Abril 2017"

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Lembramos ainda que existe, e como disse há bocado o Membro da Assembleia o Sr. José Manuel Silvério, a propósito da solução do Montijo seria apenas para as companhias *low cost*, nós ouvimos falar muito disso e já agora porque não o Aeroporto de Beja que foi construído e neste momento está às moscas? Podia ser uma alternativa para este mercado das companhias *low cost*, mas aposta-se é na Base Aérea número seis que está em cima da Reserva Natural do Estuário do Tejo, que tem o estudo de impacte ambiental muito precário, que não vai a fundo das questões essenciais no que diz respeito ao ambiente, e, portanto, a nossa posição será a de abstenção para esta Moção.

Disse."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Há mais um pedido de intervenção da parte do Partido Socialista, tem a palavra Raul Cristóvão por favor."

O Sr. Raul Cristóvão do PS:

"Sra. Presidente, para complementar aquilo que o meu camarada de Bancada disse, efetivamente, há aqui algumas afirmações na Moção que podem no mínimo ser questionáveis em relação por exemplo: "previne a especulação imobiliária pelo facto de ser no Campo de Tiro de Alcochete", percebe-se perfeitamente hoje todo o historial de novos aeroportos muito deles bastante afastados dos centros urbanos tornaram-se, e criaram-se, novas cidades e isso é quase que uma consequência direta de todos estes investimentos.

Depois claro que nós precisamos de investimento para criar emprego, estamos de acordo, precisamos de investimento para criar qualidade de vida, precisamos de investimento estruturante para o desenvolvimento económico da região, da nossa região, desta península, que precisa de diversificar esse investimento, não nos podemos esquecer o conjunto de investimentos estruturantes que estavam previstos para aqui, e fruto de vários fatores não vale a pena voltar aqui a dirimir todos, mas a verdade é que nós perdemos imenso nos últimos anos com o desinvestimento que houve no país e sobretudo nas obras públicas, estou a falar da Plataforma, estou a falar do TGV, e associado a isso a terceira travessia, e associado a isso o Aeroporto, que eram, efetivamente, tudo elementos para além de estruturantes para o país eram estruturantes para nós e atrairiam com certeza mais-valias importantes em várias áreas e vários setores.

Mas, não vale a pena, também, continuarmos a pensar que vai ser possível fazê-los, não vai, nos próximos anos, não há tempo para fazer no tempo útil da necessidade do novo aeroporto, como disse o José Silvério e bem, não há neste momento dinheiro disponível para o fazer e neste momento o que nós temos é que fazê-lo com consciência que o Aeroporto de Lisboa não pode degradar a sua qualidade de serviço, não pode impedir de fazer chegar a quantidade de procura que hoje existe e, portanto, se ele não tiver condições para responder a essa procura, nós vamos perder imenso e quando perdemos não perdemos aviões, perdemos turistas, perdemos economia, perdemos gente, perdemos investimento e perdemos dinheiro e, portanto, é a economia no seu todo que se perde.

Por outro lado, dizer-vos que alguns que hoje estão contra ainda há pouco tempo estavam a favor do Montijo. Estou-me a lembrar aqui de uma entrevista do Presidente Carlos Humberto de Barreiro que, em fevereiro de dois mil e doze, dizia-o no rosto que, efetivamente, na hipótese de "Portela + 1" o Montijo era uma boa solução, e se o Montijo era uma boa solução em dois mil e doze é, com certeza, também uma boa solução em dois mil e dezassete considerando nós que não é a solução, mas é a possível solução neste momento.

Em relação também aqui à questão do *low cost*, eu espero que as *low cost* que vieram, efetivamente, ser fator de crescimento, acho que Beja por vários fatores, infelizmente para o Baixo Alentejo e para o Alentejo e até para o Algarve e também para nós, não é alternativa hoje porque não tem as acessibilidades necessárias e, portanto, hoje chegar ao Aeroporto de Beja é chegar a um sítio que depois não temos saídas, não temos os equipamentos necessários para nos levar para os sítios que, efetivamente, as pessoas mais procuram e que o Aeroporto de Beja precisa (*construiu-se primeiro que as infraestruturas, devia-se ter construído as infraestruturas e o Aeroporto, não se construíram e agora está ali um elefante branco*).

aumento do turismo, e a entrada das companhias *low cost* no mercado da aviação, veio baixar os custos e permitir que mais pessoas se desloquem de avião nos dias de hoje.

Só o ano passado o Aeroporto de Lisboa, foi utilizado por vinte e dois vírgula cinco milhões de passageiros esperando-se que este ano se chegue aos vinte e cinco milhões, trata-se de um crescimento médio anual de doze por cento, a somar-se a isto o Aeroporto Humberto Delgado já está a operar no limite da sua capacidade nas horas de pico. Com algum investimento poderá acomodar o crescimento do tráfego previsto até ao ano dois mil e vinte, a partir daí deixa de haver Aeroporto que chegue para tanta procura. Se já se previa que o atual Aeroporto não chegava, porque é que não se resolveu a questão mais cedo, pergunta-se?

A discussão sobre a necessidade de um novo Aeroporto para Lisboa remonta ao ano de mil novecentos e sessenta e nove, quando se ponderou a realocização do Aeroporto da Portela inaugurado em mil novecentos e quarenta e dois. O Campo de Tiro de Alcochete foi a última ideia de projeto, mas a demagogia política da direita parou esse processo, e neste momento porque não um Aeroporto novo como tinha sido pensado? Perguntarão vocês que apresentam esta Moção.

Por duas razões, porque já não íamos a tempo porque a demagogia da direita tem graves custos para o país, como nós estamos a verificar, já que com o modelo da privatização da ANA, que o anterior Governo aplicou, comprometeu-se à construção do Novo Aeroporto de raiz financiado por taxas aeroportuárias e não fizeram absolutamente nada, e agora um novo Aeroporto demoraria cerca de sete a oito anos a construir. No melhor dos cenários teríamos novo Aeroporto em dois mil e vinte e quatro.

Com o Aeroporto Humberto Delgado a operar sem capacidade durante vários anos, conduzindo a uma degradação das infraestruturas e dos serviços oferecidos, o projeto apresentado por este Governo defende a instalação de uma infraestrutura aeroportuária complementar ao atual Aeroporto Humberto Delgado, a chamada "Portela + 1", na prática quer-se remodelar o Aeroporto já que temos a aproveitar a Base Militar do Montijo para construir um Aeroporto que sirva de complemento e que atraia o tráfego das transportadoras *low cost*.

Caso isso aconteça, e os níveis de crescimento se mantenham, a solução é viável até dois mil e cinquenta, expandida a capacidade atual para setenta e dois movimentos por hora e cinquenta milhões de passageiros por ano. Essa solução liberta ainda o Aeroporto Humberto Delgado para que se torne um local de escala para a África e América, dada a sua posição estratégica, e dá margem de manobra para as obras de requalificação da Portela sem que o serviço degrade.

Por isso, concordamos com o princípio desta Moção mas a demagogia do PSD e do CDS tornou inviável esta solução, e por essa razão nós iremos votar contra esta vossa Moção.

Muito obrigado, Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Tem a palavra agora o Bloco de Esquerda por favor, Carlos Oliveira."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

A nossa posição, em termos desta Moção apresentada pela Bancada da CDU, vai no sentido de que concordamos que deveria de haver ainda mais debate sobre se a solução da Base Aérea do Montijo seria a melhor para um terminal aeroportuário complementar à Portela mas, contudo, achamos que estar a propor um novo Aeroporto mediante as condições económicas e financeiras que o país atravessa, ainda, seriam de sobremaneira avultadas, para não dizer exageradas.

A CDU apresenta como argumento o investimento público nas infraestruturas, nós no Bloco entendemos que investimento público pudesse ser direcionado e canalizado, isso sim, para as funções sociais do Estado como gerador de emprego, para a saúde, para a educação, que neste momento são setores que continuam a ter uma grande suborçamentação.

peçoas a utilizar esse serviço e é importante que haja uma boa infraestrutura e acho que são algumas questões que deveriam ser consideradas nesta discussão.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Muito bem.

Havia um pedido de intervenção do PSD, é? Muito bem, então dou a palavra já ao PS.”

O Sr. Raul Cristóvão do PS:

“Eu acho que estamos de acordo com muita coisa, acho que não estamos de acordo com a posição final.

Esta não é uma solução, esta é uma das soluções e com certeza que nestas infraestruturas nunca haverá a solução ideal. Não há, com certeza, neste contexto atual da necessidade de, no contexto financeiro económico que atravessamos, na necessidade em que temos de ter uma nova infraestrutura para complementar a Portela, que eu próprio, até por questões de formação, acho que é um perigo estar em Lisboa, mas é um perigo que não é de hoje é um perigo já há muitos anos, porque quando foi construído dizia-me o meu pai que aquilo eram campos, eu já não vi aquilo em campos, hoje é uma cidade à volta do aeroporto sendo que o Aeroporto já está dentro da própria cidade. Mas isso acontece com muitos o Charles de Gaulle, em Paris, quando foi construído estava a trinta e cinco quilómetros, e continua a trinta e cinco quilómetros dos Campos Elísios, mas já está rodeado de uma nova cidade à volta dele e com todos os equipamentos e estruturas que ali funcionam à sua volta e portanto isto é um normal nestes aeroportos.

O que me preocupa muito, como vos preocupa a todos, é a questão ambiental. Logicamente que a questão ambiental nos preocupa, mas a questão ambiental, segundo alguns estudos, e o estudo ainda não está concluído, portanto o estudo ainda não se pode dizer que é leve, ou não, porque ainda não está concluído, está a ser feito, portanto ainda há essas condicionantes também e pode condicionar aí algumas coisas também, agora a verdade é que esta em termos de aeronáutica, quer os controladores aéreos, quer a Ordem dos Engenheiros, pilotos põem algumas questões outros não metem questões, há aqui um conjunto de pessoas mais ligadas à temática dos aeroportos e da aviação que, efetivamente, apostariam com certeza num aeroporto novo, mas que nesta situação acham que o Montijo é uma situação viável e é aí que nós nos centramos, não é a solução mas é a solução viável neste momento e nós não podemos correr o risco sem ter esta infraestrutura, senão, porque senão pomos em causa aquilo que tem sido nos últimos dois anos, três, quatro, cinco anos, e vai ser nos próximos vinte, o motor da nossa economia que é o turismo e que é tudo aí adjacente à economia ligada ao turismo e, portanto, é essa a questão que está aqui em causa e é só por isso que nós votamos contra, porque acho que precisamos disto urgentemente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

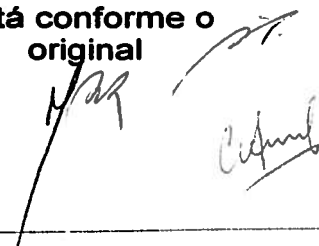
“Tem a palavra o PSD/CDS, por favor.”

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:

“Muito boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes nesta sala e nesta Assembleia.

Eu há pouco até pedi para que fosse o Sr. Deputado Raul a intervir primeiro porque não queria estar aqui a imiscuir nesta discussão da maioria que suporta o Governo, mas vou dar a minha, e a nossa, opinião.

E dando a nossa opinião ela é largamente coincidente com a intervenção do segundo Partido Socialista, porque tivemos aqui dois Partidos Socialistas a intervir, completamente diferentes na postura e na ação e, de facto, a diferença que eu acho incompleto, relativamente aquilo que disse o Sr. Deputado Raul Cristóvão, é que não é uma questão de tempo é uma questão de tempo e de dinheiro e da falta dele, e isso entronca na resposta que tem que ser dada à primeira intervenção do Partido Socialista quando ele disse que tinha sido por culpa da direita. Bom Sr. Deputado é assim, não sei, por culpa da direita, mas é que eu recordo o



Depois dizer, também, que estudos comprovam que por cada milhão de passageiros se criam à volta de mil empregos, ou seja se nós prevemos nos próximos anos dez milhões de passageiros para o Aeroporto de Montijo estamos a prever, a montante e a jusante, cerca dez mil empregos diretos e indiretos para a região.

E para terminar, também porque eu acho que é importante a gente dizer estas coisas, é que quando falamos no Campo de Tiro de Alcochete estamos a falar num campo de tiro que foi dito pelos militares que para saírem dali tinham que ter uma alternativa e a alternativa que eles propunham, e que foi estudado na altura, era tudo menos boa porque era uma alternativa que ia ali para a zona da margem esquerda do Guadiana, que ia ali para o vale do Guadiana, entre Serpa e Mértola, e é uma zona, já que estamos todos muito preocupados com o ambiente e bem, e bem, é uma zona extremamente sensível em termos ambientais e, portanto, basta falar com o Cláudio Torres, ou basta falar com os munícipes ou os autarcas daquela região, também para percebermos que eles estariam preocupados com essa solução e, portanto, quando nós procuramos uma solução temos que procurar uma solução no todo porque isto não é uma solução só para nós e terminaria com um lamento.

Lamento que nós, enquanto autarquia, estejamos metidos numa coisa contra quando devíamos estar ao lado a discutir os problemas e a discutir já o que é que isto nos pode trazer para nós em termos positivos aquele Aeroporto porque, efetivamente, Palmela tem que se estruturar como para receber também os aspetos positivos que tem a existência de uma infraestrutura daquelas aqui a doze, quinze quilómetros de Palmela e, portanto, nós não podemos esquecer esse elemento fundamental para o nosso desenvolvimento turístico e económico e esse sim é que nos deve preocupar enquanto autarcas de Palmela.

Nós votaremos contra esta Moção."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Mais intervenções sobre esta Moção?

Tem a palavra novamente Cristina Moura da Bancada da CDU."

A Sra. Cristina Moura da CDU:

"Realmente esta questão já se arrasta há muitos anos, há demasiados anos, e acho que nos devemos focar naquilo que é realmente essencial tirando estas demagogias que têm vindo à volta deste assunto.

É necessário termos um aeroporto que tenha utilidade. Isto é, por exemplo, Beja é gritante, eles têm realmente um aeroporto mas às moscas, para quê? Gastou-se dinheiro, e é importante termos um aeroporto que seja funcional, funcional para o consumidor e funcional para a cidade e para o utilizador indireto que acaba por sofrer pela má organização do próprio aeroporto. Quem utiliza Lisboa, quem atravessa Lisboa e atravessa a zona do Aeroporto, aquilo é um caos para além de toda a poluição sonora, acústica, a perda de tempo, que é tudo aquilo que é a envolvente do aeroporto para além de todo o impacto ambiental que inigualável.

Depois há outra questão que é, realmente o turismo é uma grande fatia importante e é uma porta de entrada que nós temos no Aeroporto de Lisboa, portanto acho que sim, que deveríamos apostar numa infraestrutura que nos servisse ao país, à região, vendo todas as alternativas possíveis e, realmente, esta alternativa que tem vindo a ser debatida nos últimos anos, Campo de Tiro, pesando todos os fatores parecemos ser realmente a mais aceitável. Montijo carece, realmente, de estudos e de uma visão mais cuidada sobre a sua localização. Não é fazer um aeroporto só por fazer, mas sim enquadrado no espaço e na sua necessidade real.

Depois há outra questão prática que também afeta ao próprio consumidor e neste caso ao ambiente, que é a questão do custo e do impacto de uma viagem, por exemplo, se nós formos daqui para o Porto gastamos à volta de cem euros de carro, de comboio somos capazes de gastar à volta de sessenta, de avião para além do tempo muito mais diminuto que essa viagem possa decorrer é, se calhar, um décimo do custo e as pessoas também olham para isso, portanto, olhando para o futuro, vai haver um maior fluxo de, se calhar,

algun tempo em quanto se fazem obras num sítio onde achamos todos que é para tirar o aeroporto. Então vamos fazer obras novamente em Lisboa, para aumentar uma coisa que todos nós achamos que não deve continuar lá enquanto continuamos a ter o Montijo como solução. Parece-me, efetivamente, que perdemos todos aqui uma grande oportunidade para o nosso município, para a região, em não ponderar esta decisão com os autarcas da mesma, estudar a possibilidade de, efetivamente, considerar alternativas e obrigar o concessionário a fazer, efetivamente, aquilo a que está comprometido pela sua concessão.

Disse."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, eu não resisto a um pequeno comentário, que vão compreender porque é que o faço, e que foi o facto de na altura estar particularmente envolvida nesta discussão, até na Associação dos Municípios da Região de Setúbal, e recordo-vos o seguinte:

Quando se discutia o aeroporto Margem Sul versus Ota, a Margem Sul de que se falava, e eu sublinho isto para que confirmem, com o apoio da Câmara Municipal do Montijo, da então Presidente da Câmara Municipal do Montijo, a solução Margem Sul de que falávamos era o Campo de Tiro de Alcochete, sempre foi o Campo de Tiro de Alcochete e, de facto, sublinho estas últimas palavras agora referidas pelo Sr. Membro da Assembleia António Mestre é no mínimo estranho que uma decisão desta natureza, e desta dimensão, seja tomada à revelia dos municípios. Desculpem lá! Eu acho que isto nos devia fazer a todos ponderar, podem ter os argumentos que, naturalmente, considerarem mais legítimos, uns defenderão a solução mais imediatista, esta pode ser a solução mais imediatista, outros defenderão pela natureza do investimento que está associado a solução mais estruturante, mais de futuro, aquela que, de facto, pode ser a alternativa a Lisboa e não o *low cost* da Área Metropolitana de Lisboa, porque é disto que estamos a falar no momento.

Acho que todos estes argumentos deveriam ser ponderados mas, de facto, eu sublinho estes. Primeiro, sempre estive em causa quando se falou da Margem Sul o Campo de Tiro de Alcochete; Segundo, a Câmara Municipal do Montijo era isso que defendia, e eu tive a oportunidade de o confirmar não há muito tempo com a então Presidente, e os municípios foram todos envolvidos neste processo. Aliás lembro-me, na altura, desculpem a expressão, "choviam" programas de televisão com intervenção dos municípios e dos autarcas das respetivas regiões em que, enfim, para além dos argumentos técnicos que eram aduzidos por outras entidades, como aliás já aqui foi invocado também na Bancada da CDU na intervenção da Cristina Moura, argumentos que, de facto, foram muitas vezes utilizados por outras instituições e por outras componentes nomeadamente na área da defesa do ambiente, mas as posições das autarquias foram sempre ouvidas e, de facto, neste momento nós não damos aqui nenhuma importância à posição da Associação dos Municípios da Região de Setúbal e todos os municípios da região de Setúbal. Eu só conheço favorável a esta posição. Disse.

Se não quiserem acrescentar mais nada, então vamos votar."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS e dois do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Tem a palavra pela Bancada do PS, José Manuel Silvério por favor."

O Sr. José Manuel Silvério do PS:

"É apenas para esclarecer a verdade do seguinte: É a terceira vez que eu ouço o Sr. Deputado Carlos Vitorino, dizer que eu já estive aqui eleito pela CDU. Se ele fala sempre com esse rigor está tudo dito, eu

Sr. Deputado que o Sr. Deputado já pertenceu à Bancada da CDU e hoje está na Bancada do Partido Socialista, se por culpa da direita ainda pensa que o José Sócrates está na JSD, é falso, ele saiu, foi para o Partido Socialista, foi Primeiro-ministro e foi por causa disso que acabou o dinheiro, e foi por causa disso que veio o memorando de entendimento, e foi por causa disso que os quatro primeiros parágrafos da Moção da CDU, são verdadeiras e são reais, é verdade, é tudo verdade, é claro que depois no quinto parágrafo o falso argumento das restrições e impostos ao investimento público, aí é que falso argumento de não haver dinheiro, infelizmente não o é. E, infelizmente, o dinheiro não vai aparecer tão depressa, isso o Sr. Deputado Raul Cristóvão também disse, aquilo que é fácil de gastar, não é de um dia para o outro que se recupera.

Por isso vamos votar contra a Moção porque, de facto, a opção do Montijo é neste momento a opção mais viável e mais imediata e aquela que melhor pode servir o tráfego aéreo. É evidente, eu considero que é um risco termos um aeroporto no centro da cidade de Lisboa, claro que é, mas não é só a zona envolvente, a rota de aproximação da Ponte 25 de Abril atravessa toda a cidade de Lisboa, todo o centro da cidade, não é só a zona envolvente do aeroporto que, de facto, não era habitada e depois passou a sê-lo. Ainda ontem houve um acidente com um avião de pequeno porte em Tires e toda aquela zona era descampada e hoje são só casas. Nós sabemos que os aeroportos aglutinam as pessoas e também sabemos que a longo prazo esta opção que aqui está expressa será uma opção que teria e terá toda a lógica de ser equacionada.

Agora para resolver o problema como disse, e bem, o Sr. Deputado Raul Cristóvão há que optar e a opção tem que ser feita. Aliás eu recordo a batalha que foi, e o envolvimento que muitos de nós tivemos, quando havia a opção da Ota em vez da opção da Margem Sul, que para alguns era considerado um deserto, vejam lá onde é que isso nos leva, e a que memórias nos leva essa guerra, e a questão dos terrenos como foi muito bem referida também. Por isso vamos votar contra a Moção, sendo certo que concordamos com o espírito mas o que urge é resolver o problema e não estarmos aqui a perorar por aquilo que não vai ser feito apenas com o intuito de dizer que não se fez mas nós propusemos.

Disse."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Tenho um pedido de intervenção da parte da Bancada da CDU, António Mestre por favor."

O Sr. António Mestre da CDU:

"Boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todas e todos presentes nesta Assembleia.

Estava quase para não intervir, mas houve vários comentários que me suscitaram aqui algumas dúvidas.

Primeiro lugar, o argumento do dinheiro, dos custos e da impossibilidade de reverter aquilo que são custos e que são investimentos e dinheiro que o país não tem, independentemente de quem o gastou, de quem fez o que fosse para ficarmos na situação em que estamos. Há uma situação que é curiosa é que houve uma privatização cuja contrapartida da concessionária era construir um novo aeroporto, e este vai ser construído com dinheiros públicos, vai ser recapitalizado com dinheiros públicos, ficando o investidor e o acionista só com os lucros de exploração, primeira questão.

Depois a questão de uma Moção curiosa, estamos todos de acordo com esta solução mas o tempo é para termos uma solução má, parece-me pelo menos um esforço curioso da maior parte das Bancadas, aqui.

Estamos todos de acordo com o estudo de impacto ambiental, ainda não está concluído e não foi dado conhecimento sequer aos autarcas deste processo. Eu parece-me curioso que estejamos contra que os autarcas afetados, e como todas as Bancadas disseram o impacto será para todos os municípios, e a sua Associação de Municípios não tenha sido, pura e simplesmente, consultada sobre esta opção. Nem estou a falar aqui da validade da mesma, de ser optar quem decide, decide bem ou decide mal, mas tem competências para decidir, não é esta questão que está em causa, está em causa o ouvirem-se os autarcas.

Para um Governo que vimos tantas vezes falar do diálogo, da colaboração, não vejo aqui onde é que está aqui essa parte, mas pronto já sabemos que estamos de acordo mas vamos optar por uma má solução, pois por outro lado é uma questão curiosa aqui que é as infraestruturas aeroportuárias que vão durar durante

Por tudo isto a Via Campesina lançou uma campanha de declaração dos direitos das camponesas, e dos camponeses, com um número cada vez maior de pessoas e instituições a reconhecerem o papel predador da agricultura capitalista industrializada, extensiva e monocultural, seja para a alimentação seja para a sustentabilidade do planeta, o Conselho dos Direitos Humanos da ONU, de que Portugal faz parte, tem vindo a trabalhar num projeto de declaração dos direitos dos camponeses e outras pessoas que trabalham nas zonas rurais.

Ao assinalar o dezassete de abril de dois mil e dezassete a Via Campesina e a CNA - Confederação Nacional da Agricultura, lançaram um apelo para a sensibilização das populações, e das instituições, para unirem forças para que esta declaração venha a ser rapidamente aprovada pela ONU, lançando para o efeito uma petição mundial.

Em Portugal a CNA, ao associar-se a esta iniciativa apela à subscrição da petição e apela à população e a todas as entidades conscientes desta dramática situação para que reclamem junto das instituições e do Governo para que seja uma voz ativa e que contribua decisivamente para aprovação desta declaração pela ONU, no caso concreto do nosso país reclama a consagração jurídica do Estatuto da Agricultura Familiar Portuguesa.

Atendendo à progressiva descriminação e asfixia da agricultura familiar pela política agrícola comum, e por muitas das políticas nacionais, e à degradação e empobrecimento de muitas regiões do nosso país a CNA aprovou, no seu último Congresso, a proposta de Estatuto da Agricultura Familiar Portuguesa. De facto, o resultado de trinta anos de sujeição às imposições, e opções, da política agrícola comum em privilegiar o grande agronegócio multinacional, a postura submissa de sucessivos Governos, e as políticas nacionais que desenvolveram de apoio aos grandes proprietários, mesmo sem produzirem, e a opção da exportação em prejuízo do consumo interno, levaram à extinção de mais de metade das explorações agrícolas do nosso país, no essencial as pequenas e médias explorações, e à manutenção do défice alimentar em níveis que atentam contra a nossa soberania alimentar. Urge rasgar com as políticas seguidas nas últimas décadas e encetar políticas nacionais agrícolas, pecuárias e florestais assentes no nosso valioso património e na grande massa que é a agricultura familiar, reconhecendo e valorizando a sua importância e necessidade para o desenvolvimento do país.

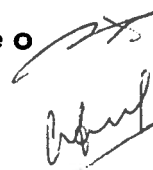
Queremos que à agricultura familiar seja reconhecido o seu papel insubstituível numa alimentação de proximidade, e de qualidade, para a população e o seu indispensável papel na sustentabilidade dos territórios, no combate à desertificação, na defesa da biodiversidade e dos recursos naturais, das tradições e cultura popular, na dinamização de uma economia social centrada no bem-estar das populações; Queremos que à agricultura familiar sejam criadas condições para ter uma vida digna pela justa remuneração do seu trabalho produtivo; Queremos que seja criada uma lei que ao caracterizar a agricultura familiar reconheça o seu papel económico, social e ambiental, lhe assegure os meios e os mecanismos necessários à sua sustentabilidade para bem das regiões e da soberania alimentar do nosso país.

Com esta finalidade a Confederação Nacional da Agricultura, vai promover uma Conferência Nacional sobre o estatuto, em Coimbra, no auditório da Escola Superior Agrária de Coimbra. Para esta Conferência, estão convidados o Sr. Primeiro-ministro e o Ministro da Agricultura, os Grupos Parlamentares e contará com a participação de representantes da agricultura familiar, dirigentes do associativismo agrícola, convidados e outras entidades.

Com estes e com a participação de académicos e especialistas das diversas áreas relacionadas com a agricultura familiar, designadamente na área da fiscalidade, da economia, da saúde pública, da segurança social, da cultura, da biologia, da climatologia, da sustentabilidade dos territórios, do abastecimento público. Para esta Conferência pretende enriquecer a proposta do estatuto da agricultura familiar aprovada no seu último Congresso e que foi a maior iniciativa realizada em Portugal no âmbito do Ano Internacional da Agricultura Familiar, declarada pela ONU.

Com esta Conferência queremos unir forças, sensibilidades, que levem à consagração legislativa do reconhecimento da importância e da necessidade de defender, e de promover, uma agricultura familiar dinâmica que reconheça o direito à terra que trabalha, o direito a produzir, e a contribuir para uma alimentação de qualidade e para alcançarmos a nossa soberania alimentar.

Muito obrigado."



nunca estive aqui eleito nesta Assembleia, já cá estive noutras Assembleias, mas eleito pelo Partido Socialista e, portanto, aqui demonstra o rigor com que o Sr. Carlos Vitorino fala sempre.

Já fui eleito pela CDU na freguesia do Poceirão, com todo o gosto e com o respeito que eu tenho pela CDU, portanto era bom que o Sr. Carlos Vitorino não voltasse a dizer o mesmo, até por uma questão de credibilidade.

Muito obrigada Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Então, Sr. Membro da Assembleia Carlos Vitorino."

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:

"Era só para pedir desculpa ao Sr. Deputado José Manuel Silvério e, de facto, corrigindo ele foi eleito pela CDU na Assembleia de Freguesia do Poceirão. Fica a correção."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem.

Então, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, ultrapassado o período das nossas Moções e Saudações pergunto se há outras questões neste período antes da Ordem do Dia?

Tem a palavra o Sr. Membro da Assembleia Joaquim Caçoete, pela Bancada da CDU."

O Sr. Joaquim Caçoete da CDU:

"Muito obrigado Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

A intervenção é sobre o Estatuto da Agricultura Familiar, mais como informação, Dia Internacional da Luta Camponesa, Declaração dos Direitos Camponeses, Estatuto da Agricultura Familiar Portuguesa.

Há vinte e um anos, a dezassete de abril, em El Dorado dos Carajás, no Brasil, o latifúndio e o agronegócio assassinaram dezanove camponeses. Desde então a Via Campus Internacional, de que a Confederação Nacional da Agricultura faz parte, declarou este dia como o dia "Internacional da Luta Camponesa". Não só a violência física e o assassinato mas, também, a expropriação forçada, a asfixia económica, continua a abater-se sobre a agricultura familiar em todo o mundo, europa incluída, como também o planeta se confronta com o esgotamento dos recursos naturais e da biodiversidade, assim como o clima sofre profundas alterações todos irmanados no altar do lucro do grande capital.

Com a concentração acelerada das multinacionais da industria a montante da produção, os agroquímicos e sementes da industria de transformação da produção agrícola, pecuária e florestal, de gigantescas empresas que em muitos países se apropriam da terra camponesa e produzem o que lhes dá mais lucro, com as transnacionais da distribuição que invadem os mercados com produtos que atravessam o mundo, um pequeno punhado destes aglomerados tem hoje o poder de determinar o que se produz, como se produz e o que as populações podem comer. Em suma apropriam-se da biodiversidade e dos recursos naturais, dominam a vida de milhões e milhões de seres humanos.

A agricultura familiar é explorada pelo grande agronegócio e os consumidores, as populações, são também explorados quando são obrigados a comprar na grande distribuição. Por cada cem euros no nosso país que se pagam de alimentos na grande superfície, o produtor apenas tem cinco euros para viver com a sua família. Com o crescente poder das multinacionais do agronegócio a agricultura familiar, que alimenta setenta por cento da população mundial, já só tem trinta por cento das terras aráveis e vive à beira da miséria, a fome afeta em primeiro lugar os camponeses. A terra e a agricultura deixam de ter a sua função social que é alimentar os povos.

representantes das Estradas de Portugal aqui em Setúbal, essa manutenção era feita com mais rigor e era feita talvez porque havia também mais dinheiro, porque havia um contrato de manutenção anual, eu isso tenho a certeza do que estou a dizer. Efetivamente, considero que há estradas também nacionais, não só do município, e que convém chamarmos novamente a atenção, bem como continuarmos a lutar pelo Pavilhão da Escola de Palmela, acho que isso é unanime nesta Assembleia e acho que devemos continuar a insistir. Neste orçamento eu recebi a resposta do Sr. Presidente que não tinha sido contemplado.

Eu depois tenho umas questões sobre os projetos que foram apresentados a que a Câmara se candidatou mas guardarei depois para o documento, quando o Sr. Presidente falar aqui na atividade e é só."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem.

Então mais pedidos de intervenção?

Dou a palavra ao Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Vou ser muito breve. Primeiro para dar nota da falta de iluminação de algumas luminárias na Estrada Municipal 331, entre Poceirão e Palmela, logo após ao cruzamento com a rua dos Cardosos, ou melhor entre a rua dos Cardosos e a rua José Gaspar da Silva, estão aí algumas luminárias sem iluminação.

Uma questão, na avenida dos Ferroviários, em Pinhal Novo, foram abatidas ou deitadas abaixo algumas árvores, ou por falta delas porque tivessem caído com a intempérie, ou resultado da intempérie, foram abertos alguns buracos para que fossem plantadas novas árvores, e o que é facto é que ficaram ainda alguns espaços onde antes existiam árvores por replantar. Queria saber se é para ficar assim ainda durante muito tempo ou se vai ser continuada a plantação de árvores nessa avenida.

Dar ainda nota para uma questão, também nos Portais da Arrábida, que se prende pelo facto de haver um abate de árvores em que os moradores se queixam que as raízes dessas árvores estavam por baixo dos muros e que isso originou a que esses muros começassem a abater. A minha questão era se isso está a ser regularizado ou se não há resposta para isso.

Era só."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Agora dou a palavra ao Partido Socialista, Ricardo Marques por favor.

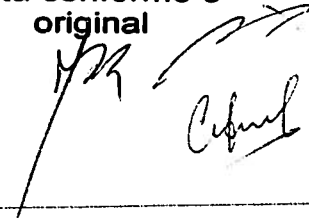
Depois, sim a Teresa Joaquim."

O Sr. Ricardo Marques do PS:

"De forma breve, referir duas situações na freguesia de Quinta do Anjo.

Uma delas penso que já referi, salvo o erro não querendo estar aqui a ser exato, no largo do Poço Novo os semáforos no que toca aos peões têm a caixa, onde se pode carregar para ativar o sinal vermelho para os veículos, completamente danificadas, uma delas nem existe e a outra está e eu penso que já referi isto o ano passado aqui em sede de Assembleia Municipal. Portanto urge a resolução numa zona de passagem de pessoas no centro da Aldeia.

Depois outra situação que já referi em tempos, também nesta Assembleia, a rua das Quintas na localidade de Brejos dos Carreiros, junto à Lagoinha, assim conhecida pelas pessoas da zona, que dá acesso à fábrica



A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, outros temas que queiram abordar neste período antes da ordem do dia?

Tem a palavra a Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, PSD/CDS."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Ora na pessoa da Sra. Presidente cumprimento todos os presentes.

Efetivamente, queria aqui trazer alguns temas para pensarmos e que já falamos aqui noutras alturas. Relativamente, por exemplo, àquele que também já foi aqui trazido por outras forças partidárias, talvez tenhamos sido nós a primeira em termos de facebook, se há algum avanço sobre o edifício que pertenceu ao Pinhalnovenense.

Também, relativamente aqueles edifícios degradados que nós fizemos um levantamento, se há algumas novidades sobre o assunto?

Também há outro edifício que gostava de saber se o Sr. Presidente tem alguma informação. No mandato da Dra. Ana Teresa Vicente chegámos a ter uma reunião, e falámos no assunto quando estávamos no executivo relativamente ao cinema de Cabanas, se há alguma novidade sobre este assunto, se nos sabem fazer o ponto da situação.

Também tive algumas reclamações e torno aqui a trazer, na Estrada Nacional 379 continua a iluminação com problemas, apesar de já ter aqui advertido mas talvez já tenha sido reportado à EDP, mas o facto é que arranjaram na estrada da coca-cola, mas aquela mantém-se e são muitas luminárias. Eu, por acaso, fui há pouco tempo ao Pinhal Novo e na zona em que passei não detetei esses problemas e por isso trago aqui esse.

Também tive reclamações relativamente às zonas de jardins e zonas verdes. Eu queria perguntar ao Sr. Presidente se aqui no jardim, em frente à Biblioteca, quem faz a manutenção agora é uma empresa ou continua a ser a Câmara? Porque nós víamos os trabalhadores mesmo ali nos canteiros a limpar as ervas e agora nota-se alguma degradação, e torno a falar nos Portais da Arrábida porque tive várias reclamações sobre os canteiros e talvez fosse bom uma visita de alguém responsável sobre esse assunto, uma vez que há esse poder descentralizado na Junta, através do tal acordo de execução que não sei como é que está, nem posso perguntar porque não há aqui nenhum representante da Junta de Quinta do Anjo hoje, há? Está, está, peço desculpa, mas como eu não faço a pergunta direta à Junta farei ao Sr. Presidente, eu peço desculpa que não tinha visto, e, portanto, são essas questões principais.

Chamava aqui a atenção, também, para algumas placas de sinalética que já estão degradadas há uns tempos. Olhe, por exemplo, a do Centro de Saúde de Quinta do Anjo já está de esguelha para aí há um mês, depois na zona da saída da freguesia também quem vai para a estrada da coca-cola também já não tem placa há muito tempo, já aqui alertei.

O que às vezes o que os munícipes me dizem, mas eu também expliquei que isso é aprovado na Augi, é como é que se consegue ter tantos sinais seguidos naquela nova estrada, aquela parte feita pela Augi quem vai para o Bairro Alentejano, e depois há zonas que não têm sinalética.

Confirmando aqui que houve alguma melhoria mesmo nos traços contínuos, algumas estradas foram, e na limpeza também notamos alguma melhoria, esperemos que depois na época das férias como sempre aquilo não entre no descalabro mas há zonas ainda que, também reparei que as bermas ali na 379-2 estão a levar uma reparação o que é para se dizer, diz-se, mas, efetivamente, aquela estrada que sai da coca-cola e se vira à direita para ir depois para a Autoeuropa continua sem traços, agora é verão não se nota muito mas no inverno como tem pouca iluminação e outras zonas do concelho tornam-se inseguras.

A Estrada Nacional 379, também já disse aqui na última Assembleia, talvez fruto da crise não tem reparação há imenso tempo mas depois se formos para a zona de Azeitão e parte de Setúbal já tem portanto há aqui qualquer coisa. Eu, por acaso, não sei se foi coincidência mas no tempo em que havia o Governo Civil e



Para além disso, estamos a chegar também a uma situação em que os espaços verdes de algumas urbanizações de prédios, entretanto construídas, estão completamente ao abandono. Na rua António Sérgio foi colocado o tapete, olhe por exemplo na urbanização Quinta de Matos, há lá sítios que é apenas areia. Oh! Sr. Presidente, eu não sei, a si dá-lhe vontade de rir, a mim não, a mim não me dá vontade nenhuma absolutamente de rir.

Outra questão que é importante referir é que, de facto, a rua António Sérgio foi alvo de intervenção, porque como vocês sabem quando chovia, e como é do conhecimento geral, a rua alagava completamente, já sabemos e o próprio Sr. Presidente já referiu que a intervenção não resultou como esperavam que resultasse, e o sinal de que não resultou foi da última chuvada em que, embora melhorando, a rua continuou a inundar, e bastante. Neste caso aquilo que perguntava ao Sr. Presidente é se, de facto, tem algum prazo ou alguma indicação de quando é que as coisas podem ser novamente revistas a esse nível.

Finalmente duas questões, ultimamente têm fechado bastantes lojas de comércio, pelo menos eu contei cinco na parte sul de Pinhal Novo. De facto a zona sul de Pinhal Novo não é minimamente atraente para a instalação de qualquer atividade económica e seria importante que nós pudéssemos desenvolver essa zona, também do ponto de vista comercial e económico, nomeadamente com o pequeno comércio porque, no fundo, parece que há uma divisão do território em todas as grandes superfícies exceto o Pingo Doce e o Intermarché, estão na zona sul e no resto, de facto, nós temos mercearias e outro tipo de comércio. Acho que me enganei nalguma superfície, mas se foi assim corrijo.

Finalmente uma última questão tem a ver com os valores da Empresa Municipal de Desporto. Eu estive a fazer uma análise atenta dos preços e, de facto, o benefício entre um munícipe que se queira inscrever nas vulgo "Piscinas", porque é muito mais do que piscinas, nas atividades e aqueles que não são do município anda à volta de um benefício para o munícipe de cerca de um euro e meio, mensal. Honestamente não só nos privilegia, porque se formos considerar um euro e meio é uma coisa mínima, como também, por outro lado, vai facilitar digamos assim a utilização muitas vezes abusiva por munícipes de outras zonas que, no fundo, têm ali uma forma mais fácil de fazer desporto e mais próxima.

Também para dizer ainda em relação à política de *pricing* da Palmela Desporto, ali no Pinhal Novo, que, de facto, mesmo nas modalidades mais recentes e tendo feito uma pesquisa pelos ginásios da região posso dizer que sai tão caro andar na ginástica na piscina, como sai na maior parte dos espaços que nós temos e que são no fundo privados e, portanto, o que me leva digamos assim a concluir que, em termos públicos e sociais, isto que é uma empresa municipal na política de *pricing*, de facto, tem pouco de empresa pública ou municipal.

Muito obrigada."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Não vi mais pedidos de intervenção, portanto, presumo que as questões que os Srs. Membros da Assembleia queriam colocar neste período antes da Ordem do Dia, estão colocadas.

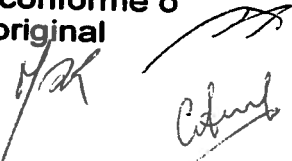
Não sei se o Sr. Presidente quer intervir agora?

Está bem, mas agora tem de ser rápido porque estamos no período antes da Ordem do Dia, é o período dos Membros da Assembleia, se quiser reservar para o período da informação o tempo é todo seu, agora vai ter que ser mais rápido, pode ser? Ainda há informações para dar."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Vou tentar Sra. Presidente.

Permita-me que comece por cumprimentar V.Exa., os restantes Membros da Mesa, Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Vereadores, Público presente, Jornalistas, Técnicos, Trabalhadores e Trabalhadores do Município.



do alcatrão do Galo. Agora foi colocado um sinal de velocidade máxima permitida a trinta, a resolução que nós tínhamos apresentado, ou não, a sugestão era que, efetivamente, tinha um tráfego de veículos pesados enormíssimo e que provocava ali constrangimentos ao trânsito e dificuldades, uma aos peões e outra aos veículos ligeiros. Já dois veículos ligeiros na rua em si é complicado, é uma rua que dá acesso também ao Parque Industrial e, portanto, ou se proíbe a transição ou deslocação de veículos pesados ou então tenta-se arranjar uma solução para a estrada. A entrada do lado da CM 1029 é complicada, entrada e saída dos veículos, portanto queria só saber qual era o ponto de situação, o que é que se pensa fazer, já que está lá também dois sinais de cada lado para esta limitação de velocidade.

Disse, obrigado.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada.

Tem agora a palavra a Teresa Joaquim por favor, PSD/CDS.”

A Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:

“Obrigada Sra. Presidente, cumprimento em seu nome todos os presentes, boa noite a todos.

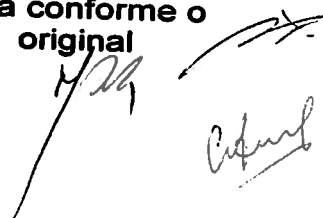
Vou-me centrar muito na freguesia de Pinhal Novo e, de facto, isto dito assim desta forma é um bocadinho mau para mim porque eu ainda sou do tempo em que na linha do comboio não havia viadutos que ligasse a área norte com a área sul e, portanto, ainda sou do tempo de fechar a cancela e abrir a cancela como a senhora que mostrava a indicação se o comboio podia passar ou não. De facto, nessa altura, a zona sul de Pinhal Novo era assumida como uma zona campesina, uma zona onde havia pouca habitação, uma zona onde a população se centrava pouco, etc.

Entretanto, de facto, o Pinhal Novo começou a desenvolver muito e neste momento, com muita honestidade, eu acho que a zona sul de Pinhal Novo está triste, está uma zona deprimida, está uma zona que em muitos locais só há abandono, mas abandono estrutural ou seja eu acho que já não há hipótese aqui por muito que se queira de colar ali uns tapetezinhos de alcatrão num sítio, fazer uma lomba noutro sítio, pintar as passadeiras num outro local.

A zona sul do Pinhal Novo, neste momento, está a precisar de um olhar estruturante e estrutural. Vou dar alguns exemplos porque, de facto, nada melhor do que esses exemplos. A nível das nossas estradas e dos nossos caminhos a rua Luis de Camões, por exemplo, está completamente degradada. A rotunda que vai dar ao viaduto da avenida dos Ferroviários, eu por acaso até tenho um carro alto mas mesmo assim preciso tentar perceber como é que vou lá passar, porque se me desvio de um buraco meto-me no outro das tampas que lá estão e que estão completamente desniveladas. A própria avenida dos Ferroviários, que é uma avenida nova mas no fundo já não é tão nova, tem neste momento o estado do pavimento muito deteriorado.

A avenida Infante D. Henrique, que passa como sabem no Agrupamento de Escolas que nós temos ali, está completamente ao abandono. Ao abandono estão também imensas casas, que possivelmente são de herdeiros, mas que estão devolutas e que neste momento estão habitadas por pessoas que as escolhem também para, digamos assim, ter atividade que não vou aqui referir mas que envolve adições como a droga, por exemplo.

A rua 25 de Abril, a rua Antero de Quental, a rua da Casa Queimada, a rua dos Combatentes, são ruas que de facto também estão a precisar de ser alvo de atenção porque estão em muito mau estado. O largo em terra batida, que circunda o Polidesportivo 25 de Abril, com muita honestidade nem dá vontade de ir para lá, porque é a maior confusão, tem sujidade, não estou a dizer que nós conseguimos educar os jovens para não sujarem mas, de facto, alguma política de sensibilização nomeadamente nestes locais com painéis etc., ou com publicidade em função daquilo que é a preservação dos espaços que são dos jovens, é importante porque eles também têm que ser “educados” fora da família e não apenas na família, embora aí seja a parte principal.



Como V.Exa., pode constatar há um rol de questões e há duas formas de responder. Ou é não responder às questões, porque foram colocados aqui só pelas minhas contas quarenta assuntos, se eu tiver que responder, naturalmente, tenho que gastar algum tempo.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Sr. Presidente, vai-me desculpar mas então vamos tentar aqui uma metodologia.

Nós estamos numa reunião que tem um período antes da Ordem do Dia, neste momento são vinte e duas horas e vinte minutos, este período é dedicado à intervenção dos Srs. Membros da Assembleia, se o Sr. Presidente quiser responder rapidamente vai ter um bocadinho para o fazer rapidamente e, depois, tem o Período de Informação da Câmara Municipal para tratar com todo o detalhe que entender as questões, algumas delas aqui colocadas.

Agora neste período nós vamos ter que poupar tempo, estamos a reunir há hora e meia, portanto se quiser ter dez minutos e rematar tudo o que tem para rematar muito bem, se não passamos para o ponto seguinte e o Sr. Presidente responde nesse ponto.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Bom, Sra. Presidente, eu nem faço alusões ao Regimento, mas se V.Exa. entende que deve gerir o tempo desta forma eu fico então com as questões para responder no Período da Informação.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Muito bem.

Não, é porque é uma metodologia muito válida, é só por isso. É uma metodologia muito válida e absolutamente possível.

Há um período que é o Período de Informação da Câmara, todas estas questões podem ser tratadas nesse período, nesse período que aliás é um período, é um ponto da Ordem de Trabalhos, Informação da Câmara, o Sr. Presidente não tem limites porque eu nunca lhos impus, agora aqui nós temos limites.

Portanto pergunto aos Srs. Membros da Assembleia...”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Eu não excedi nenhum limite Sra. Presidente, tenho estado a aguardar esse tempo.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Não, eu sei, por isso é que eu estou a dizer se quiser tratar em dez minutos está muito bem, se não passamos a sua intervenção para o período seguinte. Está bem?

Pronto mais questões que os Srs. Membros da Assembleia queiram colocar nesta fase? Não há?

Então muito bem, antes de terminar esta fase eu própria tenho uma informação para dar.

Foi disponibilizada aos Srs. Membros da Assembleia, em conformidade com o próprio Relatório enviado à Câmara Municipal e, neste caso, sobretudo à Assembleia, o último Relatório da Inspeção Geral de Finanças, atinente à Auditoria realizada em dois mil e quinze e a obrigação que existia neste caso é disponibilizá-la aos Srs. Membros da Assembleia e eu gostava de deixar claro, até porque tem que ficar em ata esta referência, que foi disponibilizado aos Srs. Membros da Assembleia de acordo com entrega ao Município, certo? Portanto não é matéria que tenha que ser discutida na Assembleia Municipal a não ser que os Srs. Membros da Assembleia tivessem alguma questão para colocar e, obviamente, esta é a sede e o momento para o fazerem.



Não havendo questões, vamos passar à frente e eu vou dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para intervir então no primeiro ponto da Ordem de Trabalhos."

Período da Ordem do Dia

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu, considerando que é importante esclarecer os Srs. Membros da Assembleia relativamente às outras matérias, prescindia, embora me custe, a síntese que é feita em cinco páginas de um Relatório de Atividade que espelha o intenso trabalho do Município durante dois meses eu permitia-me se os Srs. Membros da Assembleia estiverem de acordo, prescindir da leitura e desta resenha, ficando em ata, ficando à disposição dos Srs. Membros da Assembleia para alguma questão sobre o Relatório e depois responderia a estas questões.

No arranque do ano, concretizou-se a proposta acolhida no âmbito do projeto "Eu Participo" – Trabalhadoras e Trabalhadores Municipais, para a distribuição de Caixas de Ideias pelos vários serviços, que permitirão a recolha de propostas e sugestões de melhoria e eficácia do trabalho. Destaque, neste período, para a realização de duas Semanas das Freguesias, dedicadas ao trabalho nos territórios de Marateca e Quinta do Anjo.

No âmbito do Plano Municipal de Promoção e Participação Infantil, foram desenvolvidas ações de divulgação e promoção dos direitos humanos e, mais especificamente, dos direitos das crianças, e apoiados os projetos, ideias e ações que estas se propõem concretizar nas suas escolas e comunidades. Foram dinamizadas várias oficinas, designadamente, sobre as cidades, a violência e a paz ou a exploração do espaço onde vivem e dos seus aspetos positivos e negativos, de forma a contribuírem para a sua melhoria.

Inserido no Plano Municipal para a Igualdade de Género, as comemorações do Dia Internacional da Mulher abrangeram um vasto conjunto de iniciativas, que contaram com o envolvimento das trabalhadoras e dos trabalhadores do município. Destaque para a produção de um vídeo sobre a igualdade de género e a realização da Caminhada Lado a Lado, com a adesão de uma centena de participantes.

No domínio da Proteção Civil, procedeu-se à análise da atividade dos Grupos de Bombeiros Permanentes, de forma a renovar os protocolos de apoio ao seu funcionamento. No âmbito da prevenção de riscos e sensibilização, foram dinamizadas mais de uma dezena de avaliações no território. Foi, entretanto, concluído o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, em consulta pública durante o mês de abril, de acordo com a legislação em vigor.

No dia 16 de março, o município assinalou o Dia Internacional da Proteção Civil e, inserido na atividade da Academia da Proteção Civil, foram realizadas cerca de duas dezenas de ações de sensibilização sobre medidas gerais de autoproteção e ações de formação sobre noções básicas de primeiros socorros. As sessões foram dirigidas a crianças dos jardins-de-infância e escolas do primeiro ciclo e a idosos dos centros de dia do concelho.

Na Educação, são de realçar as adjudicações das obras de ampliação do edifício da EB de Aires e de requalificação da EB Palmela 2. Foram, ainda, lançados os procedimentos para a execução das ampliações das EB de Águas de Moura, António Matos Fortuna (Quinta do Anjo) e Cabanas. Do conjunto de intervenções de beneficiação e manutenção de outros edifícios do parque escolar, destaca-se a instalação do novo equipamento no espaço de jogo e recreio da EB Alberto Valente. A 21 de março, teve início, nas

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

piscinas municipais de Palmela e Pinhal Novo, o terceiro curso do Aprender a Nadar, com a participação de 294 alunos/as de seis escolas do concelho.

No que se refere ao desporto na escola, o município atribuiu, neste período, os apoios financeiros para a realização dos Jogos Desportivos Escolares, num total de três mil euros, às EB 2/3 e com 3º ciclo do concelho. A Câmara foi também coorganizadora, com a Coordenação Local do Desporto Escolar da Península de Setúbal, do Circuito Regional de Orientação, que decorreu em Aires e contou com 260 participantes.

Na Saúde Ocupacional, no âmbito da campanha interna de prevenção da diabetes tipo 2, concluiu-se a realização de rastreios e diagnósticos de medição da glicémia aos trabalhadores e trabalhadoras da autarquia.

Neste período, foi preparado o concurso público para a construção do novo Centro de Saúde de Pinhal Novo-Sul.

No domínio da proteção à pessoa idosa, e para além da animação social e recreativa que decorre ao longo do ano, realizou-se em março, o seminário "Atividade Física ao Longo da Vida: Envelhecimento Saudável", em colaboração com as IPSS, que contou com 84 participantes. Com êxito, decorreu ainda a oficina sobre noções básicas de informática, que abrangeu 14 pessoas com mais de 55 anos.

O município apoiou também neste período a realização da Conferência Internacional "A Escola da Floresta – a aventura da Aprendizagem", promovida pela Associação Questão de Equilíbrio, no âmbito do Projeto Europeu Erasmus, que reuniu 141 participantes e 17 oradores, e celebrou o protocolo de cedência de terreno para a construção do "Espaço Verde Aventura Palmela", promovido por esta entidade.

No âmbito do apoio social e cooperação, foi atribuída uma verba de 2500 euros à União Social Sol Crescente da Marateca para aquisição e remodelação do equipamento de jogo e recreio do JI "Os Cenourinhas". Para apoiar as despesas de construção (ligação de águas residuais, pluviais e domésticas) do novo equipamento em Pinhal Novo, foi também atribuído um apoio no valor de 2800 euros à Associação dos Lares dos Ferroviários.

No período em apreço, foram, ainda concluídas obras de beneficiação no parque habitacional do município, abrangendo, cinco fogos.

No Centro Histórico da Vila de Palmela, foram concluídos os programas preliminares para a requalificação do Salão Nobre dos Paços do Concelho, recuperação do edifício do antigo quartel da GNR de Palmela e do projeto de recuperação da Capela de S. João Batista. Foi ainda iniciado o programa preliminar para a intervenção no antigo edifício da Rádio Pal e está em fase de avaliação interna o projeto de execução da requalificação da Rua Serpa Pinto, já submetida a candidatura a fundos comunitários.

Em matéria de planeamento urbanístico, procedeu-se a alterações ao PDM e REN, decorrentes do regime excecional das atividades económicas, e foram transpostos para o PDM os conteúdos do POPNA e do Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado. Foi também concluída a proposta do Plano de Pormenor dos Bancelos, Quinta do Anjo, para submissão à aprovação do Executivo.

Neste período, foi concluído o procedimento para lançamento da obra de execução dos espaços exteriores do loteamento da Graúda, em Pinhal Novo e, na mesma localidade, foi lançada a empreitada de remodelação da praceta do loteamento Quinta de Matos.

No capítulo do ambiente e saneamento, destaque para a assinatura com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente - do contrato-programa para a regularização da Salgueirinha e o início da elaboração do projeto de infraestruturização da Lagoinha.

No que diz respeito ao abastecimento de água, foi concluída a remodelação da rede na Estrada da Quinta da Várzea – Quinta do Anjo, numa extensão de 2100 metros. Foi, por outro lado, adjudicado o projeto para o Plano de Segurança da Água e concretizada a integração do sistema da Asseiceira na telegestão.

Em curso está a preparação do procedimento para infraestruturização da rua Dr. José Afonso e dos Limoeiros, no Bairro Alentejano.

O município adjudicou, entretanto, a prestação de serviços de recolha de monos e resíduos indiferenciados em vários locais do concelho, no final de Março.

Entre as várias iniciativas de sensibilização ambiental, o município organizou as comemorações do Dia Mundial da Floresta e da Hora do Planeta. Neste período, foram plantadas 95 árvores e 157 arbustos.

Na qualificação do espaço público, merece destaque a empreitada de arranjos exteriores e arruamento na Terra do Pão, em Palmela, que está já em curso.

Aprofundando a ação de defesa e garantia do bem-estar animal, o município adjudicou serviços a cinco clínicas do concelho para esterilização de animais adotados no Centro de Recolha Oficial de Animais de Palmela e de gatos que vivem em colónias na via pública.

Na Cultura, tem sido intensa a atividade do serviço educativo do Museu Municipal e prosseguem, com sucesso, as sessões no âmbito do projeto Álbum de Família, em Pinhal Novo, para recolha de espólio fotográfico e histórias associadas às fotografias. Foi, por outro lado, concluída a empreitada de recuperação dos terraços da Casa Capelo, no Castelo de Palmela, e produzido o programa preliminar para o CAFA – Castelos e Fortalezas da Arrábida.

Mas bibliotecas, no período em apreço, foi dada continuidade ao projeto de poesia Palavras da Nossa Terra e realizou-se a Feira do Livro da Poesia, no âmbito da Maratona da Poesia. No âmbito do Programa de Animação Infantil "o Comboio das Histórias em Viagem pela História Local", decorreu uma animação de Carnaval e 34 sessões da Hora do Conto, que reuniram 968 participantes.

A realização do XVII Fórum Permanente do Teatro em Palmela, no âmbito do Plano Municipal de Teatro foi um momento alto desta expressão artística e várias peças percorreram todas as salas de espetáculo e equipamentos das freguesias, com forte presença do público e uma grande variedade de géneros.

Também o Programa Municipal de Artes Visuais e o Programa da Dança têm garantido uma oferta diversificada, de qualidade, nos equipamentos municipais, destacando-se as aulas de dança criativa, salsa e danças tradicionais europeias, no Cine Teatro S. João, Hip-Hop e Zumba, no Centro Cultural do Poceirão, e de Zumba e Kizomba, no Centro Comunitário de Águas de Moura.

O Março a Partir e o Concurso de Bandas Amadoras Warm Up Março a Partir emprestaram uma especial animação ao mês da Juventude. Mais de meia centena de iniciativas foram dinamizadas por 37 associações do concelho e contaram com a participação de cerca de 5600 jovens.

O Fórum Juventude criou, por outro lado, espaços de auscultação e debate juvenis, sobre assuntos relevantes, designadamente, a Paz e os 40 anos da Constituição da República Portuguesa, e o Imagina Palmela – Diálogo Jovem, que decorreu ao longo do mês, na Biblioteca Municipal de Palmela.

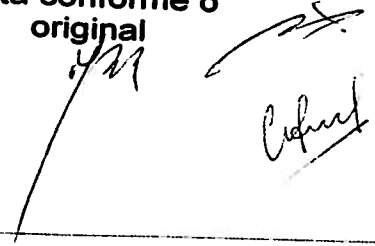
No domínio do desporto, o destaque vai para a realização, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Ciclismo de duas provas de dimensão nacional – a 3ª Granfondo Arrábida 2017, com mais de meio milhar de ciclistas nacionais e estrangeiros, e a 1ª Clássica da Arrábida 2017, que contou com 142 atletas, em representação de 17 equipas nacionais e estrangeiras.

O município concluiu ou tem em curso, em todas as freguesias, por administração direta, centenas de intervenções de pavimentação, repavimentação e conservação da rede viária. Ainda neste sector, destacam-se a empreitada, já concluída, de repavimentação das ruas das Pegarias (Palmela) e as adjudicações da repavimentação da Rua Ary dos Santos e adjacentes, em Pinhal Novo, do troço da Estrada Municipal 533, numa extensão de aproximadamente 450 metros, à entrada de Poceirão, e das pavimentações da Rua da Escola/Estrada do Gado.

Estão em fase de execução os projetos de beneficiação da Estrada dos Quatro Castelos (troço norte) – Hub 10 – e da requalificação da zona comercial de Águas de Moura/execução de passeio na rua Fundação Gulbenkian.

O município recebeu, neste período, a Bandeira Cidades e Vilas de Excelência para a vila de Pinhal Novo e, em matéria de mobilidade, concluiu o projeto para licenciamento nas Infraestruturas de Portugal, do prolongamento da Ecopista de Pinhal Novo.

No que concerne à animação e promoção turística do território, decorreram, entre as diversas iniciativas, os fins de semana gastronómicos para valorização dos produtos locais, com a adesão de mais de duas dezenas de restaurantes.



O Município de Palmela esteve, por outro lado, representado na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, onde apostou nas provas de produtos locais e na divulgação de iniciativas do calendário local, como a Feira Medieval de Palmela, o FIG e o Festival Queijo, Pão e Vinho, que registou, este ano, uma das suas maiores afluências.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Não, mas tem a palavra, pode começar por responder às questões todas que trazia do ponto anterior.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Muito obrigado. Sobre as questões colocadas pela Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, que agradeço.

O edifício que pertenceu ao Pinhalnovenense, ou melhor onde o Pinhalnovenense foi inquilino, é um edifício que continua na posse de uma entidade bancária. A única intervenção que o Município fez, coercivamente, visou estancar a intrusão e o estado de degradação de algumas empenas que ofereciam perigo para a segurança dos transeuntes. É um edifício que quem ali nasceu, como eu, tem história, o interesse arquitetónico é relativo, dizem os especialistas, mas chegou a estar inclusivamente proposto por munícipes que fosse adquirido ou que viesse a dar lugar a mais um equipamento municipal, não foi essa a questão mais votada no Eu Participo!, pelo contrário, mas é um assunto que continuamos a acompanhar, até porque quem o tem hipotecado ao banco de vez em quando aparece com a intenção de fazer as obras no terreno lateral e a realização desse edifício no terreno lateral tem o pressuposto da intervenção na reabilitação do edifício do Pinhalnovenense.

Quanto ao Cine São Gonçalo, o município da minha parte não tem nada a acrescentar. Nós não vamos atrás de desabafos ou de especulações de donos, ex. donos, etc., sobre o edifício. O edifício não é um edifício classificado, mas é um edifício que tem interesse para o município, tem interesse municipal, entenda-se o teor das palavras e está no âmbito do Plano de Cabanas identificado como um equipamento para ser reabilitado, naturalmente pelo proprietário ou quem vier a ser proprietário, quanto ao resto são estratégias dos particulares que nós, penso eu, respeitando o interesse público não devemos seguir.

Sobre as questões da iluminação, a Dra. Rosa Pinto colocou aqui uma série de questões que são pertinentes e que nós queremos com todo o gosto, acompanhar, resolver, intervir, mas dito dessa forma é difícil, quer dizer iluminação na 379, a 379 começa aqui em Palmela no largo do Chafariz e continua até São Gonçalo, e portanto, há aqui questões que nós precisamos de mais alguma informação. O Sr. Vereador que tem o Pelouro, naturalmente, tomou em boa nota e procuraremos que a EDP faça as reparações e a reposição das luminárias, mas por isso é que, às vezes dizemos que é útil a utilização do número grátis porque permite identificar o número da porta, o local, e, às vezes, quando são pessoas que residem no lugar até podem identificar o código de identificação do local que permite rapidamente que as brigadas cheguem ao local.

O Jardim Joaquim José de Carvalho, tanto quanto julgo saber está hoje entregue a uma empresa, eu acabei de passar pelo jardim, parece-me em bom estado, é normal que agora com o calor e com a rega que cresça mais a relva, que haja mais infestantes, mas esse trabalho está a ser feito com regularidade até que nesta empresa nem temos registado atrasos.

Canteiros nos Portais da Arrábida continuaremos a acompanhar a questão da Junta, mas, eu, pessoalmente advogo uma solução técnica se estamos a falar dos mesmos canteiros, lá está é preciso precisar se são os canteiros entre os prédios? São os canteiros noutra sítio? Se forem os canteiros entre os prédios volto a dizer, aquela zona é uma zona de prado sequeiro, tem espécies arbóreas, algumas palmeiras já desaparecidas outras sobreviventes no local. Na minha opinião se as pessoas não percebem que hoje naquelas zonas, para não se gastar água, que o prado sequeiro, tem que ser cortado naturalmente, é uma vegetação natural autóctone que ora está verde no inverno, no verão naturalmente está seca, se as pessoas não entendem isso o melhor é pavimentar, mete-se ali um pavê ou uma calçada e ficam só as árvores e acabam as ervas. Outros canteiros, precisava de conhecer em concreto quais, para percebermos aqueles que compete à Junta tratar.

Placas direcionais, estamos a substituir quando algumas estão degradadas, as que estão tortas lá está, eu não passo todos os dias pelo local nem a Sra. Vereadora mas se nos fizerem chegar, isso faz parte da gestão corrente, nós temos novecentos quilómetros de estradas e todos os dias andamos a pôr sinais no ar e não chega.

O mesmo relativamente aos sinais na Augi. Devo de tranquilizar a Sra. Membro da Assembleia, e outros munícipes que nos têm feito chegar algumas questões, nós estamos a acompanhar as obras da Augi, há sinalização que é provisória e a sinalização definitiva tem que coincidir com aquela que está aprovada, porque aquilo é um loteamento, a planta também está aprovada. Nós quando formos recebendo cada um dos troços faremos as correções que considerarmos necessárias, eu também me parece nalguns sítios sinais a mais, noutros a menos, mas isso cada um de nós tem estas opiniões, mas precisamos de ver tecnicamente o que é que é correto e o que não é correto. Presumo que se referiu à estrada da Makro, ou à circular sul, é a circular norte ou é a estrada que passa frente à Makro e que vai dar acesso à circular norte? Porque nós andámos a fazer sinalização horizontal no local, em vários sítios já da freguesia de Quinta do Anjo, estivemos em Marateca, no Bairro Margaça, em Poceirão, enfim andamos a gastar a lista das intervenções prioritárias, mas temos intenção de fazer guia também e tracejado também nessa via, é essa? É paralela à autoestrada?

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"É aquela onde há a festa do Pão, Queijo e Vinho, quando chega ao fundo vira à direita onde há as bombas da BP, mesmo ao fundo, eu agora não me estou a ocorrer o nome."

O Sr. Presidente da Câmara:

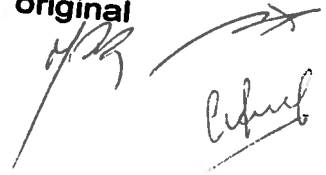
"Será essa, também tencionamos, está no Plano, fazer um tracejado na guia central porque, de facto, ajuda os automobilistas a posicionarem-se na estrada.

A questão dos edifícios abandonados, nós temos reportado com regularidade o ponto de situação. Houve uma ou duas evoluções positivas que, felizmente, tem estado a haver da parte de alguns administradores de insolvência, e de alguns bancos, interesse nalguns imóveis devolutos e portanto parece estar aqui a mexer. Eu pensei que esta informação, eu tenho aqui uma de vinte e quatro de março, não sei se lhe foi entretanto enviada ou se terá sido enviado para a Assembleia para fazer chegar à Sra. Membro da Assembleia, mas procuraremos atualizar até porque todos os meses fazemos este ponto de situação.

As outras questões Sra. Membro da Assembleia, nós estamos disponíveis para as rececionar com maior precisão para intervirnos, questões correntes, estamos cá para as resolver.

Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira, falta de iluminação na 533-1, percebi melhor entre a rua dos Cardosos e a rua José Gaspar, as luminárias existem estão é desligadas é isso que nos diz, vamos também reportar.

Na avenida dos Ferroviários, em Pinhal Novo, há aqui um fenómeno que precisa de ser explicado, porque nem tudo o que é parece e nem tudo o que parece é. E com este trocadilho o que lhe quero dizer é que não há árvores abatidas, isso é um conceito que nos leva a pensar noutra coisa, há árvores que não estão em condições fitossanitárias estão em perigo de cair, nomeadamente palmeiras podres, ocas, e que têm que naturalmente ser cortadas. O nosso objetivo é à medida que forem retiradas as palmeiras ir colocando as árvores que nós advogamos que é a espécie ideal para aquele espaço, porque já agora é preciso percebermos que estamos ali num loteamento que depois foi abandonado, que o promotor até ao fechar do loteamento há alterações em telas finais, há propostas que vão sendo apresentadas, e a questão das palmeiras foi um sonho do promotor que foi contra a vontade da Câmara, mas na altura ele fez e tinha condições para o fazer e até vir, possivelmente, a ter isso aprovado. Entretanto faliu, o município tomou posse do loteamento, vai fazendo a substituição ora com árvores adquiridas por si, ora com ações no âmbito do Dia da Floresta, Dia do Ambiente, e outras efemérides, onde há mecenas que se associam, como foi recentemente trabalhadoras e trabalhadores da Visteon que estiveram a plantar árvores que ofereceram ao município para aquele fim. Devo também dizer que algumas das caldeiras que lá estão para árvores, não vão levar árvores, lá está! Porque o desenho do loteamento não é exatamente aquele e noutros sítios vão



ser, de facto, repostas, tanto que andamos lá a descobrir o sistema de rega que estava implantado, está lá uma calçada levantada, e há locais onde vai ser reposto e outros onde não vai ser reposto, certo? Mas os corredores você vai perceber, quando aquilo estiver completo, que a estética e os corredores em termos paisagísticos mantêm-se e estamos paulatinamente a colocar as palmeiras.

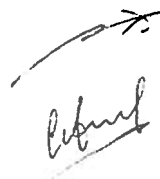
Nos Portais percebi que me falou do abate de árvores que danificou muros, bom junto às entradas dos prédios e das garagens está em obra a reparação dos muros assumida pela Câmara Municipal, se é outra situação desconheço, mas essa está garantida e está em obra tanto quanto julgo saber.

Ricardo Marques, meu caro, largo do Poço Novo caixa de semáforos, temos isso anotado, esperemos que a empresa atue rapidamente. Isto é uma empreitada de reparação que existe ao longo do ano e as empresas vão fazendo trabalho e vão debitando até ao limite. A empreitada está no início do ano, portanto problema financeiro não é, vamos tentar perceber porque é que não foi feito, porque aquilo é a substituição de uma botoneira, custa trezentos, quatrocentos euros, não interessa mas não sei porque é que não está feito ainda, mas garanto-lhe que vamos intervir para procurar perceber.

Na rua das Quintas também aqui requer uma explicação, vamos lá ver! Aquela rua pertence a uma Augi, que tem estado ali a ser infraestruturada, e bem, pelos seus próprios coproprietários. Já aqui falámos que o perfil daquelas ruas não é o perfil adequado, hoje se tivéssemos que aprovar aquele loteamento não o aprovaríamos, porque não cumpre minimamente a lei das acessibilidades, nos passeios, a largura das vias, os seis metros e meio ao eixo da via e, portanto, os particulares têm as vias, aquilo eram serventias antigas, ali um bocadinho apertadas pelos seus muros e, portanto, qualquer solução que encontremos para ali tem insuficiências técnicas. A questão do sinal que lá foi colocado, eu já tive a oportunidade de responder isto na semana passada, se não estou em erro, a solução do sinal de trinta tem a ver com o facto de ser uma zona mista. E o que é uma zona mista? Como não tem passeios naquela via circulam peões e o que é utilizado nas zonas de trinta, como pode verificar aqui no Centro Histórico, é que o automobilista tem que ir devagar porque tem que dar prioridade também a outras pessoas que andam na via. A proibição de pesados é impossível por acesso à atividade económica que lá está e, que aliás terá cedido terreno também para aquela via, portanto isto é uma história que não é fácil de resolver. Exatamente, teve que a fazer, mas aquilo faz parte de um conjunto que começou com um fracionamento complexo. O sinal de trinta visa um bocadinho esta alternância e o cuidado que há com quem vem, vem um pesado, vem um ligeiro, vai uma pessoa que para ir ali tem que ir para o meio da estrada, não tem passeio, agora não sei se haverá outra solução mas peço à Sra. Vereadora que veja com os nossos serviços técnicos.

Sra. Membro da Assembleia Teresa Joaquim, desculpe, mas eu, de facto, há coisas que me dão vontade de rir e devo dizer-lhe, com toda a franqueza, que não me revejo no romance que V.Exa. fez sobre o lado sul do Pinhal Novo, nem sequer nas origens, que revela enorme desconhecimento e estão aqui muitas pessoas do Pinhal Novo que sabem que não é como V.Exa. diz, e agora vou picar cada um dos pontos. Não, no romance, porque, de facto, a zona sul do Pinhal Novo e em particular a rua Infante D. Henrique, que se chamava antiga estrada dos Espanhóis, foi o maior centro comercial da Vila de Pinhal Novo e, portanto, não era campesina, nem era rural, até porque chegou a ter, se me permite, chegou a ter mais população que a zona norte, eu nasci naquela rua, entende? Fui ali criado no meio daquela gente toda e há aqui outros Membros da Assembleia que conhecem aquela rua.

Ora bem, as questões que nos trouxe depois de ter falado sobre a zona sul, o abandono, etc., penso que não tem estado atenta às informações do município, que estão aqui, aos boletins do município, porque estão obras contratualizadas e há programas para aquela zona e eu vou-lhe recordar algumas, mas sem antes deixar de lhe dizer que, V.Exa. começou a falar da zona sul e depois fala de duas ruas da zona norte, fala da rua Luis de Camões e está desatenta porque está anunciada uma empreitada de repavimentação para o troço final da S. Francisco de Xavier, da Ari dos Santos e da rua Luis de Camões, está desatenta. Sobre a rotunda e as tampas desniveladas, V.Exa. certamente como outros Membros da sua Bancada que já no passado interpelaram numa reunião pública no Pinhal Novo sobre matérias que desconhecem o que é uma Estrada Nacional, quem é que manda nas infraestruturas, enfim é como a REFER e outras coisas. Portanto, a avenida dos Ferroviários também está em preparação uma terceira empreitada, em substituição do promotor do loteamento, para rever o pavimento da avenida dos Ferroviários, entre outras coisas que são neste momento prioritárias, iluminação, mais um PT, nós vamos fazendo à medida que há, naturalmente, mais pessoas a querer construir nas zonas das vivendas, que já tem luz, mas há que fazer agora a luz das



vivendas até à avinda dos Ferroviários e está previsto uma nova camada de desgaste no pavimento da avenida dos Ferroviários.

A rua Infante D. Henrique, é uma rua onde vão ainda ocorrer várias intervenções ao nível das infraestruturas, nomeadamente nas pluviais e nos esgotos domésticos, e só depois dessas intervenções que são complexas e que têm que mandar pluviais por baixo da linha da REFER e que têm que aumentar diâmetro de coletores, preparando já o arruamento para uma nova fase de construção que venha a haver, mas também lhe posso explicar porque é que ela não é reabilitada, porque se V.Exa. conhecesse o fracionamento da propriedade percebia que nenhum daqueles lotes permite construção a não ser juntando aquilo e nós temos no Plano de Urbanização unidades operativas de planeamento e gestão para cada um dos quarteirões e há, de facto, necessidade de alguns particulares venderem ou associarem-se para poderem construir em condições, porque o futuro da rua não é fazer mais um prédio, aqui e outro ali, não aquilo tem que ter uma querência funcional, com uma multiplicidade de uso e funções, e isso está tudo em termos do planeamento urbanístico devidamente estudado. Nós não podemos é substituirmo-nos aos particulares na sua vontade de transacionar, de investir, mas posso dizer que também aí desconhece que o município aprovou, e V.Exa. se calhar não esteve nessa sessão, medidas de incentivo à reabilitação urbana na zona sul, estamos a constituir uma ORU – Operação de Reabilitação Urbana, para a zona sul, vamos divulgar muito mais esses incentivos para poder haver alguma dinâmica e a dinâmica depende da economia do país. Olhe, felizmente, vimos agora retomada uma obra de dois prédios na João de Castro, também fui aí criado, e na D. Francisco de Almeida que estavam abandonados e que há um construtor que, felizmente, terá comprado aquilo ao Banco, com certeza, ou à insolvência, e que vai retomar a obra. Portanto, a Infante D. Henrique só poderá ser repavimentada e devidamente sinalizada, mas isso vai sendo, passeadeiras há-de ter, a empreitada está a decorrer, nós fazemos passeadeiras em vários sítios todos os anos, quando estas intervenções que vão esburacar aquilo tudo forem feitas. Até lá a reabilitação é visível, acabamos de fazer o parque intermodal Pinhal Novo Sul, nos Reformados, vamos ter no início de dois mil e dezoito terá o largo da Mitra com o mesmo conceito e, naturalmente, essa ligação vai ser reabilitada porque faz parte do conceito ligar os dois parques e reabilitar essa estrutura. Isto está tudo escrito em documentos oficiais da Câmara Municipal que é também a sua Câmara Municipal, embora não seja governada por V.Exa.

A questão do abandono das casas através dos incentivos é uma solução, a outra solução eu não a advogo. Há quem defenda que deve ser tudo mandado abaixo, e que deve ser tudo demolido, pois por causa de precipitações dessas, na minha opinião, já se perderam platibandas e edifícios que mereciam uma excelente reabilitação. O excelente exemplo daquilo que eu defendia para lá, e que infelizmente não fomos a tempo de precipitações por questões de segurança, houve particulares que demoliram e alguns pagaram contra ordenações porque demoliram sem a licença de demolição, é olhar por exemplo para o edifício da Junta e perceber como de uma zona antiga se construiu o novo mantendo um aspeto muito agradável.

Rua 25 de Abril, rua Antero de Quental, a Antero de Quental não é a pior digo-lhe já, está tudo estudadinho, rua dos Combatentes também não é a pior, mas a rua Mouzinho de Albuquerque, da farmácia, a Vasco da Gama, são as que têm mais trânsito também já tive a oportunidade até de responder ao Sr. Membro da Assembleia Bruno Grazina, que aqui trouxe oportunamente essas questões, que está previsto após a Revisão ao Orçamento, que vamos trazer aqui no dia quatro de maio, a cabimentação para uma repavimentação faseada desses arruamentos porque noutros temos que tratar dos pluviais. Aquelas ruas foram feitas para baixa densidade, foram feitas nos anos oitenta, levou uma repavimentação com *macrossil*, em mil novecentos e noventa e oito, muito aguentou e nós temos que fazer lá duas ou três intervenções de pluviais porque se não vamos ter água a estragar a repavimentação e, enfim, a dar banhos às paredes dos moradores antes de intervir e, portanto, tudo isso também é público, está clarificado, e é uma aposta na reabilitação. Pois eu digo-lhe que gostaria, também de arrancar a calçada na rua Padre Estevão Dias e reabilitar, temos outras ruas no Pinhal Novo para fazer, mas nós optamos precisamente para dar atenção à zona sul porque está na altura de as reabilitar.

No âmbito disto, também é público, e não foi por acaso que recebemos uma "Bandeira das Vilas de Excelência" pelo projeto, é o projeto que temos para ali Sra. Membro da Assembleia. É um projeto que visa a repavimentação, o rebaixamento das passeadeiras, a pintura do estacionamento, porque ele sendo escasso tem que ser organizado porque mal estacionado produz menos lugares de estacionamento e, portanto, tudo isso está devidamente equacionado.

O largo em terra batida, no Polidesportivo 25 de Abril, eu não conheço o largo conheço um arruamento que está incompleto e um arruamento que tem ali, se calhar, sessenta por cento de terreno público e o restante de terreno privado de um loteamento que não avançou atrás do Parque Infantil da Confidente, chamemos assim, mas que se chama Espaço de Jogo e Recreio da Solidariedade, e esse loteamento como não avançou não fez o arruamento. Os nossos serviços têm neste momento o estudo do prolongamento do arruamento para ligar à rua Antero de Quental à rua Combatentes da Grande Guerra, e assumimos desde já que não o fazemos neste mandato, fá-lo-emos no próximo mandato, porque nós temos que negociar com o particular o terreno, nós não vamos ali fazer uma coisa enviesada para tapar os olhos às pessoas, quando fizermos o arruamento tem o perfil que todos os arruamentos da zona sul devem ter.

Os espaços verdes da Quinta de Matos de que falou, se calhar, não são espaços verdes ainda, outro loteamento inacabado, e, também, está anunciado, e está em concurso, aliás hoje vi o bonequinho a cores, finalmente mandaram-me aquilo já terminado, porque o projeto está terminado, vai para concurso a conclusão dos espaços verdes naquele loteamento. Isto também é público e, portanto, nós acionamos a garantia e em torno do Polidesportivo vai ter árvores, vai ter pavê, vai ter bancos, vai acabar com aqueles canteiros mal concebidos, portanto, afinal, há esperança felizmente e há trabalho.

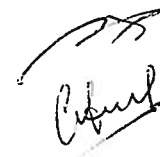
A zona sul o atrativo à atividade económica é feito também com incentivos fiscais, que V.Exas. aprovaram aqui connosco. Quem fizer obras para adaptar para comércio, ou serviços, os edifícios que estão na zona sul tem para além de isenções de taxas, tem um benefício ainda no IMI de vinte por cento, de trinta por cento, isto é público, e estamos a procurar incentivar e divulgar para que isto funcione.

Uma nota final sobre os valores da Empresa Municipal Palmela Desporto, lá está! O seu parâmetro de análise é diferente do nosso, mas ainda bem! Ainda bem! Em primeiro lugar. V.Exa. pensa que as pessoas que não são munícipes deviam ser castigadas, deviam pagar muito mais. Não, a senhora acha que os munícipes de Palmela deviam de ser mais beneficiados, os benefícios que os munícipes de Palmela têm são corretos. A tabela foi aprovada também pelos órgãos e nós consideramos que o que a empresa precisa é de mais clientes, percebe? E, portanto, ainda bem que há pessoas de outros concelhos que acham que os nossos equipamentos têm qualidade e que vêm, e é por isso que a empresa há três anos tem resultados positivos e está de novo a bater o número record de beneficiários.

A segunda questão, modalidades mais caras, olhe eu digo-lhe, muito honestamente, a senhora precisa de conhecer melhor o negócio, sabe porquê? É porque nos ginásios onde V.Exa., e eu sou convidado até me dão cartões de borla para esses ginásios veja bem e eu não vou, diz que têm preços mais competitivos, pois bem é normal relação de trabalho com as pessoas que lá estão, seguro, qualidade dos equipamentos, licenciamento, olhe nós temos aí muitos que estamos a dar os prazos legais para eles licenciarem, não é, mas se fossem lá algumas autoridades que fiscalizam ginásios, se calhar, estavam fechados e eu conheço os proprietários e temo-los apoiado e incentivado a fazerem o seu negócio, mas não pode pôr isto no mesmo paralelo. É que, de facto, a Empresa Municipal tem dos valores mais baixos que há na Área Metropolitana de Lisboa para um serviço de qualidade muito superior, com responsabilidade, com seguros, com tudo em dia e, portanto, isto é a mesma história que a gente ir comer ali a um restaurante do mini prato a cinco há de haver alguma diferença e, portanto, nós estamos perfeitamente tranquilos. A mim o que me preocupa é quando vai alguém à piscina e me manda uma reclamação porque o chuveiro está avariado há duas semanas, ou porque a água não está suficientemente quente, ou porque há uma avaria no sistema, isso preocupa-me, porque de resto os resultados, o número de aderentes aos serviços da piscina e o grau de satisfação tem aumentado e, portanto, estas coisa não têm comparação. Por outro lado a empresa tem a função de servir mas de dar, também, benefício social a quem precisa e é por isso que dentro do subsídio à exploração a empresa consegue acomodar despesas de atividades sociais do Município, "50 +", "Aprender a Nadar" etc., etc., etc., sem cobrar ao município, naturalmente, porque o município injeta lá dinheiro para isso.

Portanto, repare, são paradigmas que não podem ser avaliados da forma como a Sra. Membro da Assembleia avaliou.

Sra. Presidente sobre esta matéria, tenho dito, muito obrigado."



A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada, Sr. Presidente.

Então chegamos ao fim deste primeiro ponto, da Informação do Presidente da Câmara, e vamos passar agora sim ao Ponto Dois da Prestação de Contas.

Sr. Presidente, quer continuar?"

PONTO DOIS – Prestação de Contas 2016

O Sr. Presidente da Câmara:

"Tratando-se da Prestação de Contas procuraria ler ainda aqui com algum detalhe dados que são indispensáveis chamar à colação. Desde logo é que o ano económico de dois mil e dezasseis, não fugiu à regra daquilo que tem vindo a ser a realização financeira e económica do país, há dificuldades económicas existentes que estão plasmadas até no volume de receitas que se adquirem através da atividade económica, apesar de haver também incentivos à atividade económica, e para isto é necessário perceber que dos cerca de quarenta vírgula cinco milhões de euros este foi o segundo mais baixo do quadriénio, ou seja a nossa receita diminuiu cerca de três ponto dois milhões de euros.

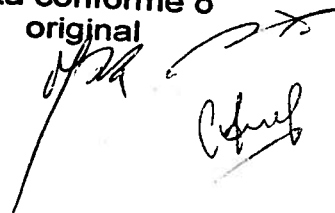
Nas receitas próprias o IMT teve um comportamento positivo comparativamente com anos anteriores; as Taxas, Coimas e Penalidades, também, mais duzentos e oitenta mil euros; a Venda de Bens e Serviços também, apesar de continuarmos a ter os preços de água, saneamento e resíduos mais baratos da Área Metropolitana e apresentam um desempenho positivo; mas em sentido inverso nota-se uma redução do IMI, natural, setecentos e setenta e três mil euros, descemos a taxa, há uma isenção felizmente automática para agregados com mais dificuldades e com património abaixo de um determinado valor, mas lá está a Derrama que já tem um comportamento baixíssimo nos últimos anos teve aqui uma coisa inexplicável com menos quinhentos e oitenta mil euros. No entanto ainda houve uma elevada taxa de execução, o que significa que previmos mais ou menos bem e tivemos uma execução de noventa e seis vírgula oito por cento.

Os Impostos Diretos continuam a ser, digamos, a principal fonte de receita do município, embora tenha havido um decréscimo de cerca de seiscentos mil euros comparativamente com dois mil e quinze. Os Indiretos, taxas dos loteamentos etc., uma evolução negativa muito significativa, menos cinquenta e quatro vírgula um por cento, mas que se fica a dever, até houve aqui alguma retoma de alguns licenciamentos, sobretudo ao facto da questão de pagamento das taxas de ocupação de subsolo em dois mil e catorze e dois mil e quinze ter havido aí uma arrecadação anormal e agora as de dois mil e dezasseis acabaram por ser pagas em dois mil e dezassete, portanto não houve aqui o equilíbrio devido.

Nas Transferências de Capital, houve um acréscimo significativo, mais setecentos e noventa e oito mil euros, e para isto muito contribuiu, o facto de o município ter conseguido ainda ir a *overbooking* com duas obras do anterior QREN e ter conseguido obter financiamento.

Em termos orçamentais, na ótica de caixa, verificou-se uma receita de cerca de quarenta vírgula cinco milhões de euros e uma despesa de quarenta e um vírgula três milhões de euros, pelo que se obteve um saldo orçamental de cerca de menos setecentos e sessenta e três mil euros a que acresce o saldo transitado de dois mil e quinze no valor de seis pontos seis milhões de euros, transitando para dois mil e dezassete um saldo de cinco vírgula oito milhões de euros.

No capítulo da Despesa efetuámos pagamentos, como disse, no valor de quarenta e um vírgula três milhões de euros, mais dois ponto oito por cento do que dois mil e quinze, dos quais e sublinhava este aspeto vinte e dois vírgula dois milhões são afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de oitenta e sete vírgula nove por cento.



As Despesas com Pessoal, tiveram um ligeiro acréscimo de um vírgula dois por cento, remuneraram menos três trabalhadores, felizmente houve aqui algumas reposições ainda falta muito para repor o poder de compra da Administração Pública e sobretudo a questão do descongelamento das carreiras e, portanto, acréscimos desta natureza parecem-nos perfeitamente positivos.

Nas Despesas de Capital/Investimentos, sublinhava o facto de termos um acréscimo de quarenta vírgula um por cento, ou seja houve em termos de investimento mais um vírgula um milhões de euros, fixando-se a taxa de execução em sessenta e três ponto oito e teríamos uma taxa muitíssimo superior se não houvesse duas obras, que apesar de estarem inscritas naturalmente e tínhamos que as ter inscritas com previsão por causa da eventual necessidade de lançamento dos procedimentos, não tivessem transitado de ano e recorde V. Exas., até porque isto já veio à colação na reunião de Câmara, que quer o Centro de Saúde Sul de Pinhal Novo, quer a Ribeira da Salgueirinha só tiveram o contrato de financiamento assinado em dois mil e dezassete. O próprio Governo da Nação só publicou a Portaria de extensão de encargos referente à Ribeira da Salgueirinha no dia vinte seis de dezembro de dois mil e dezasseis. Portanto, sem contrato de financiamento aprovado, não podíamos lançar obra ou empreitada como estamos agora a preparar.

Depois a Aquisição de Bens e Serviços, decresceu cinco vírgula cinco por cento, há aqui uma explicação, isto também comparativamente com outros anos, fizemos uma antecipação do pagamento à SIMARSUL e agora este ano pagámos apenas a facturação corrente e as prestações do acordo de pagamento.

Outro aspeto importante diz respeito aos Passivos Financeiros, que registam um aumento significativo de trinta e oito vírgula sete por cento, mais setecentos e dezassete mil euros, e justifica-se porque tivemos capacidade para amortizar empréstimo, uma amortização parcial do empréstimo contratado ao Santander no valor de seiscentos e noventa e seis mil euros, e, portanto, é importante frisar que o ano de dois mil e dezasseis apresenta o valor mais baixo em termos de endividamento bancário no quadriénio.

No final de dois mil e dezasseis, nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, de um total de dois ponto nove milhões não existe qualquer valor de faturas em atraso, correspondendo dois vírgula oito milhões de euros ao acordo de pagamento estabelecido com as Águas de Lisboa e Vale do Tejo, desde segunda-feira, desde ontem, de novo SIMARSUL e, portanto, regista-se uma melhoria face aos valores existentes em dois mil e quinze, que apresentavam um total de quatro vírgula quatro milhões de euros. E sobre esta matéria nós só não antecipamos o pagamento porque, de facto, não há vantagens, porque se nos reduzissem ali qualquer coisa, nós até estávamos disponíveis para ir a jogo, mas assim vamos pagando paulatinamente porque de outra forma isso pode impossibilitarmo-nos de fazer investimento e nós pensamos que deveremos continuar a privilegiar o investimento.

Depois gostava de chamar à colação outros aspetos que estão neste extenso documento e que, do ponto de vista técnico, permitam-me que vos diga é uma informação muito clara, muito escarpada, e quero felicitar a equipa de trabalhadores municipais que sempre em tempo record, e pressionados por tantas outras tarefas do quotidiano, conseguiram mais uma vez fazer um documento que apresenta gráficos, dados, que permite a todos os Membros da Assembleia fazerem as comparações e as inferências que entendam justas. Eu digo isto porque conheço outros documentos e que não vão tão longe e, portanto, eu acho que ainda podemos ir mais, mas tenho que felicitar por estes dados.

Queria aqui referir os indicadores de eficácia que aliás neste quadriénio se mantiveram estáveis, durante este período, mas há uma melhoria considerável dos rácios de eficiência e produtividade, de acordo com o peso das despesas afetas às Grandes Opções do Plano, que aumentam de forma significativa em relação à Despesa Total de quarenta e quatro e meio para cinquenta e três por cento e às Despesas de Pessoal de noventa e oito vírgula seis para cento e vinte seis vírgula oito. Uma melhoria significativa, também, nos rácios de meios humanos, cuja relação entre população, número de trabalhadores, também há aqui uma melhoria e depois há aqui um dado giro, enquanto em dois mil e treze correspondiam sessenta e oito vírgula três habitantes no que respeita às Despesas de Pessoal este valor baixou por habitante de duzentos e oitenta e nove vírgula um eurs para duzentos e setenta e dois vírgula sete euros. Com menos Despesas Pessoal serve-se mais gente.

Há aqui um resultado líquido do exercício que inverte a tendência negativa e apresenta um resultado líquido positivo de cerca de quatrocentos e cinquenta e cinco mil euros.

Sra. Presidente, o Relatório de toda a atividade, eu solicitava que ele fosse transcrito para a ata, mas não iria maçar, até porque parece que é assunto que não interessa, dada o conjunto de ausências dos Srs. Membros da Assembleia com o Relatório que os serviços fizeram, isto é um Relatório feito pelos serviços que faz o ponto de situação do que foi feito e até do que não foi feito, apontando as causas e as razões, nos vários domínios da Qualificação e Modernização do Serviço Público, Desenvolvimento Educativo, Social, Cultural e Desportivo e faltam aqui algumas coisas. Por exemplo faltou aqui esta inovação da fruta ao pré-escolar, o aumento dos apoios sociais, também, na área do pré-escolar e, também, na educação. Enfim, está devidamente explanado entre as páginas numeradas com I a V, numeração romana, e, portanto, eu reservar-me-ia para as questões colocadas pelas Sras. e os Srs. Membros da Assembleia e faria depois uma alocução final com outros dados."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, para os interessados e presentes, alguma questão por favor?

Quem quer começar?

Então tem a palavra o Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia Raul Cristóvão."

O Sr. Raul Cristóvão do PS:

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Começaria por felicitar os trabalhadores e os técnicos da Câmara que fizeram este Relatório e, mais uma vez, é um Relatório tecnicamente bem feito, minucioso, como bastante informação, e, portanto, acho que no seguimento daquilo que nos tem sido habituado, também, estão de parabéns e agradeço em nome da Bancada do Partido Socialista este trabalho que facilita claramente o trabalho, a nossa análise sobre estes dados.

Depois dizer que, efetivamente, não havendo aqui grandes surpresas em relação a outros Relatórios, e em relação ao orçamento, este é um relatório que não é de um orçamento nosso, é um orçamento que nós nos abstermos, é um Relatório que nos vamos abster, logicamente, também, porque há aqui questões que pensamos que poderiam ser diferentes, há aqui algumas questões que o Sr. Presidente já respondeu nomeadamente a questão da taxa de execução na despesa de capital e investimento ser de sessenta e três ponto oito, portanto, nós consideramos baixa, já deu as suas razões, são claras e, também, penso que justificáveis. A verdade é que, apesar de tudo, do pequeno atraso ou do grande atraso, hoje é possível ao concelho avançar com o Centro de Saúde do Pinhal Novo e com toda a intervenção na Vala da Ribeira da Salgueirinha porque, finalmente temos um Governo mais sensível a estas questões e que dá outras prioridades e responde melhor às solicitações e aos interesses dos munícipes e dos municípios, e mais à frente iremos ver, também, outras situações que revêm ao encontro daquilo que eu acabei de dizer.

Preocupa-nos, mas também já explicou, a questão da enorme descida nas taxas de ocupação de solo e subsolo, já foi aqui explicado, e, portanto, há uma razão mas há um grande desequilíbrio este ano em relação ao ano anterior, é visível e está aqui muito claro.

Depois em relação ao IMI, é verdade que há uma descida, é verdade que nós começamos em dois mil e treze com dez milhões, passámos para os doze milhões oitocentos e sessenta, subimos aos doze milhões novecentos e agora estamos nos doze milhões cento e setenta e quatro. Acho que vamos estabilizar por aqui, entre mais umas centenas, menos umas centenas, porque começa a haver alguma obra, alguma construção no concelho e, portanto, é natural a economia se desenvolver, e, portanto, dizer que havia na altura que nós propusemos a descida, logo no início deste mandato, da taxa do IMI fizemo-lo com rigor e com seriedade de que estávamos não a pôr em causa a gestão financeira da autarquia, mas sim a aliviar um pouco as finanças das famílias que há época ainda viviam com maiores dificuldades do que hoje. Portanto,

chegamos ao fim do mandato e nós temos uma taxa de IMI muito parecida com aquela que seria a nossa, de zero trinta e oito estamos com zero trezentos e oitenta e sete, e, portanto, é um bocado aquilo que nós faríamos, mas a verdade é esta chegámos a um ponto que nós teríamos chegado mais cedo, mas chegámos a esse ponto, saliento que é bom, mas era possível com esses valores ainda ir mais longe, um pouco mais longe e fazer aqui o IMI Familiar como uma forma até, nós estamos num concelho que começa a ter alguns problemas demográficos, entre a relação entre os jovens e já está um concelho envelhecido, a renovação já começa a ser complicada e, se calhar, seria bom que o IMI Familiar aqui fizesse alguma diferença e eu acho que só por opção ideológica é que ainda não foi feito, e, nós Partido Socialista, é uma opção nossa, e é claramente uma proposta nossa, porque acho que é preciso dar um incentivo às famílias, não chega, mas é mais um.

Em relação à Derrama, há aqui um decréscimo enorme é, efetivamente, um comportamento muito negativo, mas é um comportamento muito negativo que nos parece preocupante mas que tem a ver, também, um pouco com o tecido. A grande indústria, como a Autoeuropa e outras, pode estar a atravessar algum momento de crise e nós temos aqui que fazer qualquer coisa por, se calhar, políticas locais de atração de investimento e, nomeadamente, sabendo que com esse investimento não é só a Derrama que pode aumentar, é sobretudo o emprego, e é sobretudo a fixação de mais gente e de mais quadros no nosso concelho que também precisa dessa massa crítica e dessa massa mais jovem para a sua própria dinâmica, e, portanto, acho que há aqui aspetos que deveriam ser tidos mais em atenção no futuro.

Em relação ao IRS a taxa mantém-se mais ou menos idêntica e, portanto, não há grandes variações e eu acho que há espaço para reduzir. Já percebemos, dos outros anos, que isto não faz parte ideologicamente, mas é possível financeiramente e economicamente fazer essa redução da taxa do IRS e aliviar também aqui um pouco, aliás acompanhando até aquilo que hoje está em discussão, e negociação, entre o Governo e os Partidos que o apoiam para exatamente começar a mudar os escalões do IRS e progressivamente irmos reduzindo a carga fiscal sobre o trabalho.

Depois, para não me alongar muito mas para falar de aspetos que me parecem importantes, há Transferências de Capital do Orçamento do Estado que têm aumentado, é positivo, acho que têm que aumentar mais, defendemos que deve aumentar mais, deve chegar a uma taxa maior, e esperamos que aí o Governo cumpra aquilo que se comprometeu, que é chegar aos vinte ou acima dos vinte por cento até ao fim deste mandato, para que, efetivamente, haja uma maior saúde financeira nas autarquias e nomeadamente na nossa autarquia.

Depois, há claramente no próximo ano também aqui um bolo, uma prenda de Natal, mais um milhão cento e cinquenta e cinco mil que vem de juros de mora, do IMI e do IMT, é claro que era dinheiro que era devido mas que vem agora e não tinha vindo antes, e veio agora porque há essa consciência também de que o dinheiro faz falta e é de quem realmente pertence e neste caso às autarquias e é aqui nas autarquias que ele se deve servir para fazer investimento, para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Continuamos aqui a sentir, e isto é redundante já o dizemos há anos anteriores e continuamos a dizer, estes cento e vinte e dois mil euros para a AMRS-Associação Municípios da Região de Setúbal é muito, até ter em conta todo o resto que vai para as outras associações do tipo. Isto é mais do que todas as outras juntas, acho que é demasiada a quota que vai para a AMRS.

Terminaria com as GOP's, realmente há aqui uma taxa que é mais baixa que em dois mil e quinze, e sobretudo nas questões sociais, que nos interessa, e na questão do turismo. Não vou agora aqui dizer mas habitação cinquenta e um, Ordenamento de Território quarenta, Proteção e Conservação da Natureza sessenta e dois por cento, só de execução, quarenta por cento no Ordenamento do Território, Cultura setenta e três, Turismo setenta e dois, ou seja no Turismo, que deve de ser uma alavanca da economia do nosso território, acho que temos que fazer muito mais, acho que temos que ser mais exigentes, mais exigentes nos processos, mais exigentes nos produtos, para que possamos fazer a execução orçamental mais próxima dos cem por cento e possamos efetivamente fazer do Turismo uma alavanca económica do concelho.

Diria, ainda, que estamos preocupados com alguma falta de investimento, ou pelo menos um investimento tão acelerado como deveria de ter, na área da Higiene e Limpeza Urbana, do Saneamento, como a recolha seletiva de resíduos a aquisição de novos equipamentos, e, nomeadamente, também, nas áreas da Formação e do Desporto para a Juventude, mas não só, para toda a população e terminaria com um aspeto



que para nós é também é importante. Os orçamentos são construídos, como o Sr. Presidente diz, com a participação e com propostas, a verdade é que este tipo de participação para os orçamentos está um pouco esgotada, acho que temos que pensar todos em que trazer às pessoas à discussão, e trazer as pessoas à política também, porque isto também é política, tem que melhorar um pouco as formas dessa participação, e, portanto, a nossa proposta no futuro será exatamente que se altere o paradigma do Eu Participo!, que se altere um pouco, que se dinamize mais, e que se responsabilize mais, fazendo dele mais deliberativo e menos só participativo, no sentido de dar ideias mas não delibere. Ou seja, nós temos que dar às pessoas a capacidade de serem elas também a decidir e a sentirem que aquela obra é delas, e acho que é uma parte importante da gestão autárquica que não tem sido tido em conta e, que, acho que deve ser tido em conta até porque estamos num concelho extremamente abstencionista, como todos sabemos, e quando há muita abstenção, como há no nosso concelho, a culpa com certeza não é das pessoas que não votam é também de nós que somos os agentes políticos.

Obrigado.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Sras. e Srs. Membros da Assembleia, tem a palavra agora o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira.”

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

“Mais uma vez obrigado, Sra. Presidente.

Só para dar nota de uma pequena declaração de voto, não deixando, é claro, de enaltecer o trabalho dos trabalhadores, dos funcionários, que elaboraram este documento e que transcreve de uma forma tão minuciosa as contas do município.

Dizer ainda que as contas são fruto das opções do executivo da Câmara, neste caso do executivo CDU, não são as nossas, naturalmente, vou aqui particularizar, ou incidir-me, apenas, na questão da fiscalidade em particular do IMI. Nós, no Bloco, achamos que ainda é possível descer mais a taxa de IMI, do que aquela que é atualmente praticada, até como forma de incentivar a reocupação de um grande número de casas que neste momento estão desabitadas, fruto da crise que se sentiu nos últimos anos, a crise do imobiliário, e achamos que com isso se poderia, também, de outra forma aumentar a receita mantendo a taxa de IMI mais baixa.

Dito isto, Sra. Presidente, a nossa tendência de voto será a abstenção.

Disse”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada.


Mais intervenções?

Tem a palavra Rosa Pinto, por favor.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Ora bem, relativamente ao documento, e à elaboração do mesmo, não temos dúvidas que há funcionários competentes na Câmara Municipal, o que está aqui a ser julgado é a Prestação de Contas versus o Orçamento. Não vou aqui também fazer já um repto de campanha eleitoral para obras futuras, nem reivindicar propostas que não são minhas porque, efetivamente, a verdade tem que ser dita, a proposta do IMI Familiar na Assembleia da República foi do CDS e nesta Assembleia foi do Grupo da Coligação Palmela Mais, mas isso é só um pequeno apontamento, quanto ao resto não vou sequer comentar.

Temos opiniões, temos demonstrado as nossas opiniões por diversas vezes, não votaremos favoravelmente esta Prestação de Contas até algumas por razões técnicas, que não tem a ver com os trabalhadores que a



elaboram, mas pela interpretação de algumas normas e isso se nós, como a Sra. Presidente disse, às vezes as inspeções servem para nos aconselhar e, efetivamente, se lermos, todos com certeza lemos, o Relatório da Inspeção há alguns acompanhamentos e alguns trâmites processuais, isto é como em tudo na vida e em todos os trabalhos nós estamos sempre em aperfeiçoamento e em aprendizagem, e, portanto, não iremos votar favoravelmente, nem vamos trazer, repetidos, alguns considerandos que já fizemos em anteriores sessões, nos anos anteriores.

Também confirmo, aqui, que o próprio relatório do Técnico de Contas, do Revisor neste caso, também é mais completo, portanto em termos de documento de justificações eu penso que as situações estão claras.

Efetivamente, a nossa divergência será de opções políticas, muitas vezes de soluções, não há várias maneiras de pensar e de fazer e isso é bom, não queremos ter toda a verdade mas também não queremos ser acusados de não ter verdade nenhuma e, portanto, relativamente às obras do Centro de Saúde de Pinhal Novo relembro que elas foram decididas no anterior Governo, independentemente da despesa vir agora neste Governo e os contratos terem sido assinados, isso estava completamente decidido, bem como a Ribeira da Salgueirinha e até aqueles valores *overbooking* que ainda foram dados, portanto não vou aqui sequer tornar a referir isso.

Eu tenho, depois, aqui algumas dúvidas relativamente aqui aos impostos, também já fomos dizendo, não vamos aqui repetir novamente remetemos para as atas dos anos anteriores. Teremos aqui algumas dúvidas, depois relativamente aqui à preparação para submissão das candidaturas, mas eu remeterei essas observações para o ultimo ponto que é da autorização da assunção de compromissos plurianuais, porque isto acaba por estar relacionado e, portanto, o nosso não será favorável, mas respeitamos que são as opções da CDU e, também, concordamos com muitas das obras nela contidas como já dissemos, portanto é esta a nossa posição e mantemos coerentemente.

Disse."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Mais alguma intervenção?

Então não sei se o Sr. Presidente quer acrescentar alguma coisa, não houve propriamente questões, houve mais exposições."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Com certeza, Sra. Presidente, muito obrigado.

Naturalmente estão colocados os posicionamentos políticos relativamente ao documento e há, de facto, aspetos que não comungamos de algumas opções mas isso é assim mesmo, agora o que eu estou em condições de afirmar, e de comprovar, é que com outras opções não seriam possíveis os resultados e alguns indicadores que gostaria de reafirmar neste encerramento da discussão deste ponto. Mas, ainda assim, gostaria de dar aqui duas ou três notas sobre aspetos que foram aqui chamados à colação.

No IMI Familiar, que apesar de ter sido, e bem, na minha perspetiva, revisto a metodologia, ainda assim reafirmamos que aquilo que fazemos em matéria de apoio social às crianças, e às famílias, é muito superior aos vinte, aos quarenta e aos sessenta euros para esses agregados.

No IRS aquilo que está a ser feito neste momento pelo Governo, em sede de negociação também na Assembleia da Republica com os partidos da Esquerda Parlamentar, é aquilo que, efetivamente, nós defendemos. O IRS é um imposto nacional, é uma opção ideológica, de facto eu assumo-a, o IRS é um imposto nacional não é um imposto local e, portanto, nós pugnamos pela sua efetiva redução e ela tem que ser negociada em sede, também, de Assembleia da Republica e é isso que nós advogamos. De resto é uma receita que faz falta aos municípios para reinvestir nos seus territórios, e os territórios de facto são diferentes. A Amadora tem uma Prestação de Contas que eu convidava a visitar, é, de facto, muito diferente mas tem vinte e quatro quilómetros quadrados e tem muitas almas a pagar impostos.

M.R.

Adriano

Depois há aqui uma questão, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, de uma vez por todas é preciso desmistificar. A comparticipação à AMRS - Associação Municípios Região de Setúbal é de todo justa, e as observações de V. Exas., ao longo dos anos, revelam que há aqui uma malapata e, sobretudo, falta de abertura sequer para compreender o que é que a AMRS faz. A AMRS ficou recentemente, os senhores já não se lembram disso, isso veio aqui a esta Assembleia e os senhores reconheceram que era uma boa medida, ficou com responsabilidades do Museu de Arqueologia, que era uma responsabilidade que devia ser assumida pela Administração Central. Tivemos a extinção da Assembleia Distrital, tudo isso foi incorporado na AMRS, com os respetivos funcionários, e não houve o acréscimo de um cêntimo na nossa comparticipação. A AMRS tem um património ao serviço dos Municípios, a primeira Assembleia Geral da renovada SIMARSUL decorreu nas instalações da AMRS gratuitamente, dantes eram pagas pela AMARSUL no Novotel, em Setúbal, as despesas de funcionamento vão à tarifa, quem paga são os municípios, a AMRS cede instalações na Quinta de São Paulo para a realização das Assembleias da SIMARSUL, e de outras entidades, para as quais nós é que vamos pagar na mesma. A AMRS está a recuperar dois conventos, em território de Palmela, e eu faço questão, e digo aqui publicamente, e vou dizer ao Sr. Presidente da AMRS, que gostaria que todos os Membros da Assembleia Municipal de Palmela fossem convidados para uma visita à Quinta de São Paulo, para verificarem o trabalho de preservação da natureza, a Quinta Pedagógica e o seu serviço educativo, que está ao serviço dos municípios da região. Eu gostava e vou trazer a cópia da ata da Assembleia Intermunicipal, de todos estes anos em que eu tenho tido o privilégio de participar, e, certamente, a Sra. Presidente da Assembleia se recorda, onde estão plasmadas as declarações de votos do representante do município do Montijo, o Professor Francisco Santos, e o que é que o Professor Francisco Santos diz da atividade e do mérito do funcionamento da AMRS. É um membro do Partido Socialista, portanto só aqui, ele não representa, mas se me permite, com todo o respeito e, portanto, não vejo motivo para exaltação, mas eu quero referir que só aqui é que o Partido Socialista faz observações desta natureza, porque no Montijo, onde são poder, não fazem e pagam a mesma percentagem que paga Palmela. Gostava que conhecessem os dois conventos que estão em recuperação, estão no município de Palmela como sabe, ainda estão ali no sopé da nossa Serra dos Gaiteiros, e, portanto, é um trabalho notável. O Festival da Liberdade, onde estão inclusivamente todas as juventudes partidárias representadas, a importância que tem para o movimento associativo juvenil toda esta dinâmica que começa nos concelhos e acaba num grande festival da participação juvenil. A questão do trabalho feito em termos de documentação na arqueologia, na rede de Bibliotecas Públicas, as edições sobre a Serra da Arrábida, as edições sobre as Grutas, a Paleontologia, tudo aquilo que está a ser feito da Candidatura da Reserva Biosfera, tudo isto tem custos, tem custos, tem serviços e, portanto, quero dizer-lhe que não é comparável com outras associações.

O senhor quer que eu lhe diga como é que a Associação Nacional de Municípios faz pareceres? A Associação Nacional de Municípios, para já recebe verbas de trezentos e oito municípios, e faz pareceres com base dos pareceres dos municípios, nós trabalhamos para eles em tempo record para darem pareceres, para depois não darem pareceres de coisa nenhuma e dizerem que foram consultados pelo Governo, pois é mas quem trabalha são os municípios, percebe? Não tem lá juristas e consultores a fazerem o trabalho, não, são os municípios que trabalham para a Associação Nacional de Municípios, por sua vez compila e envia, é só uma diferença para o senhor perceber que são entidades completamente diferentes.

A Área Metropolitana de Lisboa se vier a ganhar outras competências, que eu pessoalmente não subscrevo, eu prefiro uma região eleita por todos os cidadãos e cidadãs, naturalmente nós temos que mandar para lá dinheiro porque, de facto, não é possível exercer aquelas competências sem quadro técnico, que eles nem têm quadros técnicos, e, portanto, não vale a pena insistir nisto e eu digo isto em defesa de uma casa que conheço há muitos anos, que tem um trabalho valiosíssimo na região, que foi estudo de caso, que foi um bom exemplo, copiado até noutras zonas do país, noutras Associações de Municípios de outras áreas políticas, e eu não percebo esta insistência mas pronto, se calhar, eu acho que temos que conhecer melhor e depois um dia voltaremos a falar sobre o assunto.

Por último, pego só neste exemplo que V.Exa. deu do turismo, "*... turismo só gastaram setenta e dois por cento do orçamentado...*", mas isso é ótimo, porque eu como tenho o cabimento para uma obra, ou quando tenho o cabimento para uma publicação, ou quando tenho o cabimento para apoiar uma festa, ou quando tenho um cabimento para alugar lojas, ou quando tenho um cabimento para uma atividade cultural, se eu conseguir fazê-la e gastar menos, eu acho que isso é uma excelente gestão, e é isso, o que nós temos que pedir é os resultados não é a execução orçamental. Mais, deixe-me dizer-lhe que seja no turismo, seja na ação social, seja noutras rubricas, é uma questão de técnica orçamental, porque não vai tudo lá. Volto a dar



este exemplo que já dei em reunião de Câmara, se eu meter em vários projetos municipais o aluguer dos autocarros, aquele projeto custa quinhentos por cento mais do que aquilo que lá está mas é feito com autocarros do município, o problema é que eles, às vezes não estão disponíveis e eu tenho que alugá-los à própria da hora e não há lá rubrica, vai há rubrica da conservação e logística, não vai há rubrica do turismo, não vai há rubrica dos idosos, faço-me entender? Atenção, que isto precisa de ser cruzado com o Relatório, nós aqui não estamos a aprovar só a prestação em termos orçamentais, nós temos que cruzar isto com o Relatório e o Relatório diz, nós tínhamos cinco eventos, quatro objetivos, foram ou não foram feitos? Atingiram ou não atingiram os objetivos? E, portanto, eu chamo a atenção para isto para não nos ficarmos sós pelos números.

Sobre a participação, pois bem! Também um dia podemos discutir isso, teremos certamente oportunidades de discutir nos próximos meses e depois eu vou-lhe dar a conhecer os exemplos. É que eu sou do tempo em que o Partido Socialista era contra o Orçamento Participativo, agora já é a favor dos Orçamentos Participativos, e somos contra esse modelo que os senhores criaram, o Conselho Municipal de Juventude, como foi criado, o senhor que anda nestas coisas há poucos anos nunca conheceu o Conselho Municipal de Juventude. O Conselho Municipal de Juventude, em mil novecentos e oitenta e oito, onde estavam todas as pressões juvenis, formais e informais representadas, e os senhores formataram o Conselho Municipal de Juventude para os "jotinhas" e nós temos uma visão diferente, mas nem por isso deixámos de cumprir a Lei e privilegiamos muito o debate que lá é feito, tanto que damos nota e valorizamos as intervenções de todas as forças e todos os movimentos que lá estão, mas quero dizer-lhe que temos o direito a ter uma opinião diferente e a ser mais ambiciosos, percebe? Porque eu estive na génese dessas questões, estive com membros do Partido Socialista, até com António José Seguro, nas primeiras discussões sobre estas matérias, em oitenta e sete oitenta e oito, e, infelizmente, os Governos têm deturpado as dinâmicas e têm tratado as coisas um bocado administrativamente, isso até parece mal vindo de um jovem eu acho que devia de ser um Conselho muito mais participado, portanto, não há aqui choque nenhum agora não nos diga que nós somos contra. Não, nós somos contra esse modelo, tal como o senhor advoga uns, eu advogo outros, mas queria aqui dizer que podemos depois discutir o que é que é feito nos Orçamentos Participativos deliberativos que é a mesma coisa que eu dar uma mesada ao meu filho, olha tens liberdade para utilizares com os chupa-chupas que quiseres, mas não pode ultrapassar a mesada, eu quero dizer-lhe, e reafirmar-lhe que este processo que aqui está não deixou nenhuma proposta das mais votadas de fora, as três propostas mais votadas em dois mil e catorze, dois mil e quinze e dois mil e dezasseis, foram todas integradas no Plano. Mais, não foram apenas as três primeiras, foram muitas outras e que este processo que os senhores por algum motivo, sabe-se lá, de tacticismo político desvalorizam, felizmente há Fóruns Internacionais que avaliam e que ainda hoje num jornal nacional vinha uma referência ao trabalho de Palmela e, portanto, nós vamos ver, é porque em Lisboa votam-se obras que ainda hoje não estão feitas, e já têm três anos de atrasos, e aqui aquelas que foram votadas estão feitas. Portanto, não é pelo facto de ser consultivo nós até fizemos investimento de novas propostas de setecentos e setenta mil euros, eu conheço cidades deste país que têm no máximo cem mil, duzentos mil, trezentos mil para o Orçamento Participativo, portanto, são modelos diferentes, eu, por acaso, respeito todos desde que as pessoas participem eu respeito e acho importante, deixe-me defender a minha dama. O que eu queria apenas dizer Sr. Membro da Assembleia é que tudo tem sido tomado em conta, pode não ser o modelo que os senhores defendem mas não houve proposta nenhuma que ficasse de fora. Há de haver uma altura em que não conseguimos acomodar e, por acaso, não se consegue acomodar com outras soluções que aqui foram advogadas porque o caminho tinha que ser este para chegarmos a estes dados.

Sra. Presidente, vou ser telegráfico. Investimento, cresce um vírgula um milhões de euros, quarenta, vírgula, um por cento. Ah! Podia ser mais e tal, pois é, é o valor mais alto do quadriénio. Redução de Endividamento, cerca de quatro ponto quatro milhões de euros. A Redução da Receita revela as opções de política de alívio nos impostos municipais que como advogámos tem que ser progressiva e há de continuar a ser sempre com o equilíbrio das receitas, alívio sobre as famílias e as pequenas e médias empresas do concelho e redução de taxas urbanísticas para atividades económicas com o intuito de incentivar a criação de emprego. Despesa Corrente é a mais baixa dos últimos quatro anos, página duzentos e vinte seis. Despesa de Capital a mais alta dos últimos quatro anos. Transferências Correntes e de Capital, entenda-se para entidades associações, aumenta dois vírgula, um por cento, mais quarenta e três mil euros no ano anterior. Transferências para as Freguesias, aumentou um vírgula quarenta e dois. Foi o ano com maior valor de autofinanciamento para Aquisição de Bens de Capital, como sabem nós para fazermos

investimentos na ordem de milhões com fundos próprios toda a gente tem que ir a empréstimos, nós temos capacidade para ir, fomos, os senhores aprovaram, e bem, mas ainda assim foi o ano em que conseguimos alocar dois milhões e novecentos mil euros de fundos de autofinanciamento, faço-me entender? E isto é importante. Ativos Financeiros, continuamos a pagar o FAM – Fundo de Apoio Municipal, infelizmente, temos pressa que o Governo faça aquilo que prometeu que é acabar com o FAM rapidamente, porque temos lá todos os anos duzentos e cinquenta e um mil euros, faz-nos falta cá deste lado. Saldo no Equilíbrio Orçamental, no valor de três milhões e quarenta e nove mil, mais de metade do valor da despesa total está imputada diretamente às Grandes Opções do Plano. Há um rácio, tenho pena não estar aqui o Membro da Assembleia José Carlos de Sousa, porque costumávamos sempre brincar um bocadinho com os rácios e ele estuda isto atentamente, é que lá está, eficiência produtividade, há aqui uma frasezinha que é giríssima, para não chamar outra coisa hoje dá-me para o giro, é dos girinos, por cada cem euros em pessoal gastaram-se cento e vinte seis vírgula oito em atividades e investimento, isto é muito importante. Reduzimos o Capital em Dívida em dois milhões quinhentos e setenta e dois mil euros, o Endividamento no mandato diminuiu cerca de onze milhões de euros, a fornecedores diminuiu cinquenta e oito por cento. Globalmente a redução foi de cerca de quarenta por cento, a Autarquia aumentou a margem de endividamento disponível. o ativo verso passivo em apenas dois anos o município reduziu a dívida em cerca de oito vírgula dois milhões de euros, está tudo, são questões técnicas estão aí para quem quiser ver, página duzentos e trinta e seis, as funções sociais ocupa cinquenta e quatro vírgula vinte e quatro por cento do Orçamento.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, pode não ser ainda aquilo que nós gostaríamos que fosse mas é um balanço francamente positivo e que tem a realização de compromissos assumidos com a população, com esta Assembleia porque, independentemente das abstenções e das apreciações, houve muita coisa que felizmente foi aprovada por unanimidade na nossa reunião de Câmara, são cerca de oitenta e tal, noventa por cento por cento das propostas aprovadas por unanimidade. Isto é revelador de que o trabalho há de ter algo de positivo e de corresponder às expectativas, não está tudo feito, não está, admitimos e queremos fazer melhor e há muitas áreas onde há muitas questões estruturantes a serem alteradas que decorrem não apenas de opções políticas mas, também, de conjunturas umas que se oferecem, outras que ainda estão por se concretizar e que nós procuraremos nos próximos anos continuar a fazer melhor para desenvolver o concelho.

Disse Sra. Presidente.”

A Sra. Andreia Bento da CDU ausentou-se da sala pelas vinte e três horas e trinta e seis minutos.

A Sra. Presidente da Mesa:

“Muito bem Sr. Presidente, a Câmara Municipal está de parabéns e as nossas populações também.

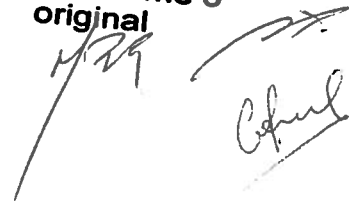
Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar a Prestação de Contas 2016.”

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor da CDU, três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP, e dez abstenções (oito do PS e um do BE).
Aprovado em minuta.**

A Sra. Presidente da Mesa:

“Passamos ao ponto número três, Sr. Presidente Processo de Delimitação Administrativa.”

PONTO TRÊS – Processo de Delimitação Administrativa relativo ao limite entre a Freguesia de Palmela e a União de Freguesias de Poceirão e Marateca



A **Sra. Andreia Bento da CDU** retomou participação nos trabalhos pelas vinte e três horas e trinta e nove minutos.

O Sr. Presidente da Câmara:

"Obrigada, Sra. Presidente.

Trata-se, como o nome indica, de um processo de delimitação administrativa, são questões processuais muito complexas, que se arrastou durante anos. A criação da freguesia de Poceirão, que eu bem me lembro, data de oitenta e oito não foi acompanhada da atualização das matrizes das propriedades rústicas, aliás competências que tiveram sempre dispersas por várias entidades e situações muito morosas sob a orientação da Direção Geral do Território.

O município foi desenvolvendo trabalhos preparatórios nomeadamente do Procedimento de Delimitação Administrativa (PDA) relativo ao troço entre a Freguesia de Palmela e a União de Freguesias de Poceirão e Marateca. Recordo que no passado este trabalho já estava adiantado, tinha sido feito nas delimitações com outras freguesias, depois com a União de Freguesias isto voltou a ter que ser tudo refeito, mas era fundamental, também, com estas modificações e evolução entretanto ocorrida, regularizar este assunto até para não penalizar a União de Freguesias também naquilo que diz respeito à arrecadação da receita do IMI Rústico.

Houve necessidade de compatibilizar questões relacionadas com a área do loteamento conhecido como "Golfe do Montado", com esta construção houve que definir também onde é que ia também uma freguesia e outra, tudo isto sempre com o acompanhamento dos Presidentes de Junta e da União de Freguesias, houve a concordância, os órgãos aprovaram, em Assembleia e Executivos de Junta e em Assembleias de Freguesia, o limite proposto e, portanto, estamos na reta final e ainda faltarão alguns procedimentos que já não são com a Câmara Municipal mas esta aprovação é determinante para fazer justiça à União de Freguesias, neste caso Marateca e Poceirão, no que diz respeito à identificação do cadastro e através dos limites poder finalmente começar a receber aquilo que é devido, que é para o Sr. Presidente José Silvério não dizer que Palmela fica-lhe com metade da receita, passo a brincadeira.

Disse Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre esta proposta, está aberta a discussão.

Tem a palavra pelo PS, José Manuel Silvério, por favor."

O Sr. José Manuel Silvério do PS:

"Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente permita-me antes de entrar neste ponto uma observação. Não sei se a Sra. Presidente se apercebeu, mas hoje aconteceu aqui um fenómeno. Não precisamos de ir ao Entroncamento para assistir a fenómenos, é que o Sr. Presidente hoje aqui decretou que não vai haver eleições autárquicas em Palmela este ano, porque disse e passo a citar: "*Assumimos desde já que não vamos fazer neste mandato essa obra, só a faremos no próximo mandato*".

Oh! Sr. Presidente, isto é o cúmulo da presunção política, é do princípio ao fim em cada sessão que nós assistimos a isto.

Sr. Presidente, em relação a este ponto da ordem de trabalhos o Partido Socialista vai votar favoravelmente esta proposta, mas fica-se com a mágoa de ver que só agora parece haver vontade de resolver um assunto que deveria ter sido tratado há vinte e nove anos. Fala-se nesta proposta da necessidade reconhecida por todos que seja a retificação dos prédios rústicos, porque na alteração administrativa realizada em mil

novocentos e oitenta e oito, com a criação da freguesia do Poceirão, esse trabalho não foi feito. Mas então pergunta-se, porque não foi logo feito esse trabalho em mil novecentos e oitenta e oito? Deixou-se que a humilhação fosse imposta aos habitantes da Freguesia do Poceirão durante estes anos todos. A Freguesia do Poceirão, na sua área rústica, sempre foi uma Freguesia incógnita, porque a Câmara criou a Freguesia do Poceirão em mil novecentos e oitenta e oito e não fez um levantamento geral, e concreto, dos limites da Freguesia. Os prédios urbanos ficaram em nome da Freguesia do Poceirão, os prédios rústicos, toda a sua área de cerca de cento e cinquenta quilómetros quadrados, continuaram em nome da Marateca. Devo dizer que sempre foi um caso único em todos os trezentos e oito concelhos de Portugal, ou seja as pessoas na Freguesia do Poceirão quando estavam dentro da sua casa estavam dentro da Freguesia do Poceirão, quando colocavam um pé fora da sua casa estavam na Freguesia da Marateca e sempre foi assim desde mil novecentos e oitenta e oito.

Quando nos deslocávamos, íamos, ao Instituto Cartográfico este dizia que aguardava a definição dos limites da Freguesia, que tinham de ser aprovados e apresentados pela Câmara Municipal de Palmela. Nas Finanças de Palmela, sempre que lá íamos, era a maior confusão quando era preciso tratar-se de alguma coisa relacionado com os prédios rústicos ou urbanos da freguesia, e sempre foi humilhante para os Poceirencenses ter de ir pedir à Câmara Municipal de Palmela um documento a dizer que viviam na terra onde nasceram, e sempre viveram, para tratar de certos assuntos.

Eu sempre considerei isto uma falta de respeito pelos habitantes do Poceirão, e tive ocasião há uns anos atrás numa Assembleia aqui o ter dito. Eu recorde-me que no auge da invasão dos clandestinos na Freguesia do Poceirão alguns me disseram com o maior dos descaramentos "*nós clandestinos?*", mas aqui parece que tudo é clandestino. Diz neste documento, hoje aqui, apresentado pela Câmara que esta retificação de limite só é possível mediante a concordância das Juntas de Freguesias e do Município de Palmela, mas então porquê só agora? Então porque não se reuniram as condições legais em mil novecentos e oitenta e oito quando o Município criou a Freguesia de Poceirão? E assim se teria proposto ao Instituto Cartográfico o processo de Delimitação Administrativo, com os limites da Freguesia de Poceirão, Marateca e Palmela e com a chamada memória descritiva que hoje nos apresentam aqui, exatamente o que está a ser feito agora, não o fizeram em mil novecentos e oitenta e oito.

Sr. Presidente da Câmara, certamente iremos ouvir agora o senhor dizer que as coisas não são bem assim, mais isto, mais aquilo, mas senhor Presidente os factos são isso mesmo, são factos o resto é retórica para papalvos.

Muito obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma intervenção sobre este tema?

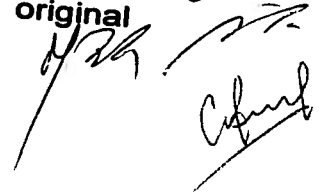
Então, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer responder?

Por favor."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Com certeza, muito obrigado Sra. Presidente.

Começo pela defesa da honra, presunção e água benta, cada um toma a que quer, mas não é presunção é honestidade política e a honestidade política assume-se perante as pessoas dizendo que há uma impossibilidade legal de fazer aquela obra, e a expressão que eu utilizei foi a expressão que utilizei perante os munícipes que colocaram essa questão numa reunião pública ou no Eu Participo!, e foi por isso que disse que não era feita este mandato e que só poderia ser feita num mandato seguinte, porque a expropriação e todas as outras questões requerem tempo. Quem pensa que fazer política é fazer outra coisa, está no seu direito de seguir esse caminho mas a verdade tem que ser dita às pessoas, e quem também faz esse tipo de julgamentos é quem não está minimamente preparado, porque nem sabe da especificidade dos assuntos e da complexidade dos mesmos.



E começamos também agora, já que falamos de presunção, por tudo aquilo que foi dito acerca deste processo. Primeiro quem criou a Freguesia de Poceirão, foi a Assembleia da República num projeto-lei assinado por Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Odete Santos e Apolónia Teixeira. Segunda questão, compete à Administração Central, depois da aprovação da Assembleia da República, tratar de toda a documentação atinente. A cartografia é uma responsabilidade do Instituto Geográfico Cadastral, hoje IGP – Instituto Geográfico Português, e o município é que tomou em mãos esta tarefa para desbloquear este assunto e, portanto, recomendo ao Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério que se informe, e que reflita sobre a presunção, sobre aquilo que é dito sobre esta matéria.

O município não foi por má vontade que não andou mais depressa com este assunto, pelo contrário teve que mover montanhas junto de outras entidades e tudo isto, ainda assim, tem que ser quase tutelado por eles, sobre a orientação deles, nós é que tivemos que fazer o trabalho que estas instâncias não têm, porque eles não querem pagar cartografia, não querem fazer levantamentos topográficos, nós chegamos ao ridículo de hoje para aprovar cartografia para planos, nós pagamos o voo do avião, pagamos a cartografia, e depois entregamos ao IGP para eles venderem à gente. É para o senhor perceber como é que isto funciona e, portanto, não estou aqui a dizer ah! lá esta ele a dizer que a responsabilidade é do Poder Central, é, de facto, duma Administração que nunca tratou muito bem dos seus assuntos e que tem as coisas durante muitos anos debaixo da secretária de alguns chefes de repartições, e de cartórios e de outras coisas mais, e quem trabalha na área sabe muito bem as dificuldades que encontra para resolver inúmeros processos e o mais fácil é dizer "*Vá à Câmara, a Câmara que lhe resolva isso*", pois é e a Câmara teve que ir resolvendo transitoriamente com declarações para as pessoas poderem resolver os seus assuntos.

Portanto, há aqui um bocadinho de má-fé e de inverdade nas afirmações que foram proferidas acerca deste processo. O Município empenhou-se, fez aquilo que acho que politicamente tinha que fazer para encontrar uma solução e a solução foi esta, e ao contrário daquilo que é dito infelizmente há muitos outros sítios no país onde ainda há situações desta natureza.

Agora, ignominia, e atentado, à Freguesia de Poceirão é aquilo que o Partido Socialista ainda não conseguiu desfazer, não honrando um compromisso que tem para com a freguesia e dantes diziam "*ah! não porque os projetos de lei que entraram e as propostas do Parlamento é para voltar a desunir tudo*", não, é falso. Estivemos lá, muitos de nós, numa sessão no Senado onde eu tive oportunidade de intervir sobre o assunto, no final do ano passado, em que havia projetos que selecionavam, de facto os locais onde a vontade das populações era estarem desagregadas e aí não houve coragem política, não houve coragem política. Aí V. Exas. encostaram-se, lá está, aí deixou de haver o acordo de esquerda, encostaram-se para a parte mais confortável, mas pronto. O que quero dizer-vos sobre este processo é que foi tratado com todo o empenho, e toda a lisura, pondo o município funcionários seus a fazer trabalho que competia a outras entidades.

Também lamento que tenha demorado muito tempo, mas também fico contente que tenha sido resolvido este mandato.

Disse Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar esta proposta?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Passamos ao ponto quatro, Plano de Pormenor dos Bacelos."

PONTO QUATRO – Aprovação do Plano de Pormenor dos Bacelos - Quinta do Anjo

O Sr. Presidente da Câmara:

"O Plano de Pormenor de Bacelos faz o faseamento de todo o trabalho é um trabalho que já tem anos, como na generalidade dos Planos são processos muito morosos que são depois apanhados por um conjunto de alterações legislativas e sobretudo em zonas onde temos que articular com outras entidades, e que estão naturalmente a tutelar Parques Naturais, etc., etc., são questões que nunca são muito simples de concertar.

Para terem uma pequena ideia sobre esta matéria, não chegámos mesmo a acordo com o ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e o Parque, foi necessário fazer algumas afinações para podermos dar início ao processo, tivemos várias vezes que fazer prospeções arqueológicas, fazer um conjunto de trabalhos e agora, como se tal não bastasse, também chegámos aquela fase em que a própria cartografia tivemos nós que a mandar elaborar porque os organismos oficiais não a têm e ainda tivemos a infelicidade de quando adjudicámos a cartografia o voo, por uma questão de nebulosidade, durante uns tempos não podia ser realizado para fazer a fotografia aérea.

Também houve um período de discussão pública, ainda no período de discussão pública houve contributos que, felizmente, não alteram a substância do plano, são contributos que acabam por permitir integrar alguns ensejos e até algumas construções que encontramos pelo caminho e que depois mais tarde ia ser muito mais conflituoso levá-las a cumprir a legalidade, e, eu, creio que o fundamental é dizer-vos que, aquilo que tive oportunidade de acompanhar ao longo dos anos, é um Plano que do ponto de vista do desenho urbano, das funções, do equilíbrio e daquele aglomerado é uma obra-prima, na minha modesta opinião, nos conceitos que ali estão. Oxalá os cidadãos e as cidadãs que são proprietárias dos terrenos, nesta área de intervenção, queiram fazer bem e queiram fazer de acordo com estas regras para que aquele lugar não se descaracterize.

Sra. Presidente, reservo-me para as questões que os Srs. Membros da Assembleia queiram colocar, reafirmando que nas discussões que houve também com a população, quer a prévia, quer a discussão pública, depois de alguns receios iniciais à medida que as pessoas descobriram aspetos do regulamento, etc., etc., os residentes e proprietários, de uma maneira geral, ficaram agradados, agora oxalá que tenham todos capacidade financeira, e o município também porque também tem ali no programa de execução responsabilidades para ir melhorando infraestruturas e agora depois da aprovação do Plano terá de haver programação de investimento nos próximos anos naquilo que diz respeito às responsabilidades nas infraestruturas públicas.

É só Sra. Presidente, por agora.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta?

Tem a palavra o PS, Ricardo Marques."

O Sr. Ricardo Marques do PS:

"Só referir que o Plano de Pormenor de Bacelos, que vem agora a aprovação, realmente um processo demorado, apresenta uma solução para a requalificação da zona de Bacelos e, no fundo, a Aldeia da Quinta do Anjo, e com um equilíbrio na envolvimento habitacional, e natural, dá característica à Aldeia e que leva a nossa concordância, levando o voto favorável do Partido Socialista.

Obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada. Mais alguma intervenção?"

Tem a palavra o PSD/CDS, Rosa Pinto."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Realmente este Plano, que agora se chama dos Bacelos, na altura teve outro nome tem já longos anos. Bem sabemos que estes trabalhos demoram tempo, há um pormenor ou outro com o qual não concordamos mas mesmo assim vamos votar favoravelmente porque, na globalidade, pensamos que defendemos isto há muito tempo, esta regularização e, portanto, gostamos de ver que isto não está no fim, está novamente no começo, mas pelo menos o Plano está apresentado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Mais alguma intervenção?"

Então vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Última proposta Sr. Presidente, ponto cinco."

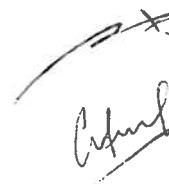
PONTO CINCO – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultante do contrato de empréstimo de médio e longo prazo, celebrado junto do Banco Português de Investimento, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro

O Sr. Presidente da Câmara:

"Sra. Presidente, eu vou ter de ler a proposta, na prática a autorização para a assunção de compromissos plurianuais resultante do contrato de empréstimo de médio e longo prazo, celebrado com o Banco Português de Investimento, ao abrigo da legislação aqui aduzida traz-se para apreciação e deliberação da Assembleia nos termos também da legislação aqui suscitada e a proposta de deliberação do assunto acima identificado tem os seguintes considerandos:

De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos compromissos e pagamentos em atraso – LCPA), na sua atual redação, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização do órgão deliberativo Assembleia Municipal;

Para as situações em que o valor é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, foi obtida, em sessão ordinária da Assembleia Municipal, do pretérito vinte e oito de novembro, autorização prévia genérica delegando no Presidente da Câmara a competência para a assunção de compromissos plurianuais ou à sua reprogramação, nos seguintes casos e com efeitos para o ano 2017:



- a) Resultem de projetos ou ações constantes nas Grandes Opções do Plano uma vez que também são aprovadas por este Órgão (desde que não se verifique o aumento da despesa); ou
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução não seja superior a três anos.

Também em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Palmela, realizada em 16 de fevereiro de 2017, foi aprovada a adjudicação da contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, no montante de 4.077.274,29€.

Os compromissos plurianuais relativos ao contrato em apreço ultrapassam a autorização delegada no Presidente da Câmara, pelo que se propõe, que a Assembleia autorize a assunção de compromisso e consequente repartição anual de encargos constante do quadro seguinte:

Ano	Amortização	Juros	Total
2018	-	26.545,65€	26.545,65€
2019	147.237,02€	40.772,74€	188.009,76€
2020	296.686,27€	38.560,51€	335.246,88€
Anos Seguintes (2021 – 2032)	3.633.531,00€	221.986,91€	3.855.517,91€

O quadro, depois, tem plurianualmente as amortizações e os respetivos juros de cada tranche.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Muito bem, alguma questão, alguma dúvida sobre esta proposta?

Tem a palavra o PSD/CDS.”

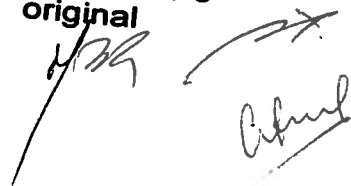
A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“À data da contração, da apresentação da própria minuta de contrato que foi aqui trazida também embora não fosse sujeita a votação, a autorização do empréstimo de médio e longo prazo, o Sr. Presidente se bem me recorde terá afirmado que não ia utilizar a verba toda, que ia ser utilizada aos poucos estou enganada? Vejo aqui a projeção do pagamento até dois mil e trinta e dois que é quando o contrato supostamente acaba, não é?

Eu queria esse pequeno esclarecimento então.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“O que eu, efetivamente, disse, e quis dizer, e está em ata, aliás o dinheiro vai ser todo utilizado e não chegará possivelmente, não é, pelo menos para o volume de investimentos que temos mas para aqueles em concreto se podemos ficar abaixo muito melhor, mas sobretudo aquilo que eu quis explicar é que este empréstimo permite a utilização do dinheiro à medida que ele é utilizado efetivamente e só pagamos juros sobre a parte que utilizamos e, portanto, nós estamos aqui a prever uma utilização que é a máxima possível, estamos a fazer pelo máximo, por isso é que estamos a prever temos que prever pelo máximo, e à medida que vamos utilizando começaremos a pagar os juros da importância que utilizarmos, porque se as obras tiverem alguma reprogramação é evidente que tudo isto se altera, mas a reprogramação virá sempre também em termos de Grandes Opções do Plano à Assembleia Municipal.



Mas o que estamos a prever é que em dois mil e dezoito, dado que já tencionamos utilizar parte em dois mil e dezassete, comecemos por pagar esta importância de juros, e a partir daqui isto tem esta programação é aquilo que é previsível até dois mil e vinte, porque é o horizonte das atuais Grandes Opções do Plano que vão até dois mil e vinte. Isto está feito pelo máximo porque tem que ser, nós nunca poderemos ultrapassar."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma questão?

Tem a palavra Carlos Oliveira, Bloco de Esquerda."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Só uma questão relacionada com os juros. A taxa de juro é sempre a mesma ao longo do empréstimo, ao longo da duração do contrato de empréstimo, ou varia consoante a revisão das taxas uma vez que esta taxa é indexada à Euribor, portanto ela varia consoante as revisões da taxa de referência, certo?"

A Sra. Presidente da Mesa:

"Mais alguma questão então sobre este contrato?

Tem a palavra o Partido Socialista, Ilda Fino."

A Sra. Ilda Fino do PS:

"Cumprimento a Sra. Presidente e a sua pessoa todos os mais presentes.

Parece que, também, não ficou muito claro apesar de ter explicado que em termos de utilização será gradual consoante os diversos anos e a respetiva utilização que vai sendo feita através das obras ou o investimento que for necessário, o que demonstra, portanto, de facto, e aqui temos mais dados com esta amortização. E que, de facto, há aqui uma coisa que em termos de critério de rigor e de garantia de distribuição equilibrada ao longo dos diversos orçamentos, em termos de amortização, há uma concentração da amortização portanto isto é protelado para os últimos anos. A partir de dois mil e vinte e um a dois mil e trinta e dois, três vírgula seis milhões e o pagamento de juros duzentos e vinte e um mil, não há aqui uma repartição muito equitativa ao longo dos diversos anos e devia-se tomar em consideração isso, porque há uma excessiva concentração temporal da amortização nos últimos anos o que pode, eventualmente, suscitar alguns riscos associados.

Parece que há aqui em termos de planificação isso não resulta muito claro, face à explicação que foi dada porque em termos de exercícios futuros isto pode depois reverter-se, em termos de fonte de financiamento e endividamento pode alterar em termos de regras de equilíbrio financeiro isto pode, portanto, não ser muito claro pela forma como está aqui apresentada. Parece que inicialmente no primeiro ano em dois mil e dezoito há só pagamento de juros, em dois mil e dezanove há amortização de cento e quarenta e sete mil, no ano de dois mil e vinte duzentos e noventa e seis mil e depois nos anos seguintes três vírgula seis milhões. Em termos de repartição equitativa e de acordo com aquilo que deve de ser feito temos algumas dúvidas.

Por outro lado tenho uma questão que é se relativamente a este empréstimo, que não resulta aqui da proposta, se houve submissão da fiscalização prévia do Tribunal de Contas, que é obrigatório, uma vez que não está aqui explicitado, devia estar detalhado na proposta, portanto era só essa questão que queria uma vez deveria estar aqui na proposta e não está contemplado. É só."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Mais alguma questão?

Então dou a palavra ao Sr. Presidente, para concluir por favor."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito bem, volto a sublinhar aquilo que eu disse na altura e citei-o como um facto positivo nesta metodologia de empréstimo, é que nós só começamos a pagar à medida que utilizamos e em função daquilo que utilizamos, dois anos de carência, e isso estava no empréstimo.

Segunda questão, os empréstimos são na generalidade assim. Há uma amortização de capital que vai aumentando, naturalmente, que baixam os juros. Se nós dividirmos os três milhões e seiscentos por doze anos e da mesma forma se dividir os duzentos e vinte e um mil, vai perceber que os juros baixam, portanto, isto não é se quer uma questão de opção política, as regras são assim e nós temos que nos sujeitar às regras. O que é um facto é que, e volto a dizer, para já tem a vantagem se porventura não tivéssemos capacidade de executar algumas obras não estávamos a pagar um empréstimo e um valor fixo sem utilizar o capital, isso já expliquei, de resto esse tipo de programação decorre, enfim, das propostas e das regras que estão instituídas neste tipo de contratação. Aliás nós estamos a pagar empréstimos de há muitos anos e isto vai sendo repartido, não sei como lhe explicar isto é mais uma questão técnica financeira que propriamente uma questão política."

A Sra. Ilda Fino do PS:

"A minha dúvida aqui é em relação ao ano de dois mil e vinte, a amortização aqui prevista é duzentos e noventa e seis mil euros, nos anos seguintes a partir de dois mil e vinte e um temos três vírgula seis milhões, portanto onde está aqui a repartição equitativa ao longo dos anos?"

O Sr. Presidente da Câmara:

"Ela não será equitativa porque isto não é igual todos os anos, já lhe explicamos que todos os anos tem um valor diferente.

Mas se dividir os três ponto seis milhões por doze anos, ou por onze anos, percebe que a importância será na ordem dos duzentos e noventa, trezentos, enfim vai sendo de gradativo, eventualmente, é aquilo que eu julgo."

A Sra. Ilda Fino do PS:

"Ou seja isto é de dois mil e vinte e um a dois mil e trinta e dois, não é?"

O Sr. Presidente da Câmara:

"É até dois mil e trinta e dois, sim é o prazo. É evidente que até pode haver uma circunstância excepcional que nos permita antecipar, como lhe disse o ano passado conseguimos antecipar um pagamento de capital.

Olhe uma coisa que eu gostava que acontecesse é quando isto se começar a aproximar de dois mil e vinte e o dinheiro de algumas prioridades de investimento não tiver sido todo gasto é que possa, em vez de cinquenta por cento majorar para sessenta, para setenta, etc., e nós naturalmente faremos a devolução do capital, queremos mesmo que isso aconteça, já aconteceu."

A Sra. Ilda Fino do PS:

"Quanto à questão do visto prévio do Tribunal de Contas? Seria importante refletir isso no documento quando se apresenta a proposta eu acho que era importante trazer isso."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Esteve subjacente à proposta anterior"

A Sra. Ilda Fino do PS:

"Sim, mas na proposta anterior não constava essa indicação.

Eu estou a apresentar uma proposta de melhoria, acho que era importante nós tentarmos melhorar as propostas."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Sim senhor, muito obrigado.

É preciso é que fique esclarecido, naturalmente temos que cumprir a lei, aduziremos no futuro, procuraremos não esquecer este aspeto."

A Sra. Presidente da Mesa:

" Está claro para todos?

Então vamos votar esta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, e dois do BE), e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP Aprovado em minuta.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Agora sim, antes de irmos embora queria recordar aos Srs. Membros da Assembleia aquilo que já todos sabemos e que nos mobiliza, naturalmente, a todos a não ser aqueles que já invocaram razões de força maior para não poderem estar presentes.

Refiro-me à nossa Sessão Solene no dia vinte cinco, nesta mesma sala para além de todo o programa das Comemorações do 25 de Abril, organizado pela Câmara Municipal, mas também pelas nossas Juntas de Freguesia e, portanto, o convite e o apelo à participação de todos e se não for antes até dia vinte cinco às onze horas aqui.

Muito obrigada a todos, um resto de boa semana, boa noite."

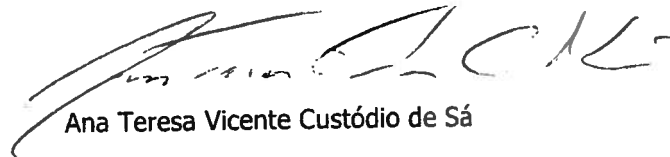
Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas zero horas e doze minutos do dia dezanove de abril de dois mil e dezassete, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, dezanove de abril de dois mil e dezassete.

Está conforme o
original

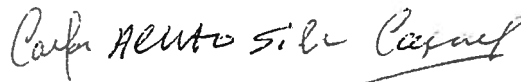
Mandato 2013/2017
Ata N.º 31

A Presidente



Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário



Carlos Alberto da Silva Caçoete